

Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana:

um guia para
inserir a agricultura
nos processos de
planejamento urbano



Expediente

COORDENAÇÃO:

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e TEEB para Agricultura e Alimentação.

O The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) é uma iniciativa organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O TEEB para Agricultura e Alimentação (TEEBAgriFood) desenvolve estudos em 12 países pelo mundo, com foco na avaliação holística dos sistemas agroalimentares ao longo de suas cadeias de valor, incluindo as dimensões ambientais, sociais, humanas e econômicas. No Brasil, a temática de sistemas alimentares urbanos vem sendo desenvolvida desde 2019, tendo resultado na publicação "Além dos alimentos: a contribuição da agricultura para o bem-estar na metrópole de São Paulo", realizado pelo Instituto Escolhas.

EXECUÇÃO:

Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV de São Paulo (FGVces).

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) atua no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão pública e empresarial para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacional. Propõe-se a ser um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, engajadas e comprometidas e com genuína vontade de transformar a sociedade. Desde 2015, o Centro se dedica a pesquisas na temática de agricultura e alimentação, com enfoque específico em projetos que buscam o fortalecimento da agricultura de base familiar, entendendo que esses são os atores fundamentais para se buscar uma produção de alimentos pautada na justiça social, na comercialização justa, na conservação da sociobiodiversidade e na segurança alimentar e nutricional.

PARCERIA:

Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana – Ministério da Cidadania.

A Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CGAUP) é parte da estrutura da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania, compondo as estratégias da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A CGAUP atua na coordenação do Programa Nacional de Agricultura Urbana, com objetivo de estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas, e, conseqüentemente, promover o acesso a alimentos saudáveis. Seu público prioritário são as famílias residentes em áreas de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Tem como principais ações a estruturação de metodologia para implantação de hortas em ambientes escolares; o apoio à implantação de hortas em escolas e entidades socioassistenciais, hortas comunitárias e hortas em residências de baixa renda; o fornecimento de insumos e equipamentos a agricultores urbanos; a promoção de capacitação e elaboração de materiais educativos/informativos, o desenvolvimento da plataforma online de agricultura urbana. As ações são executadas em parceria com municípios, estados, entidades da sociedade civil e outros órgãos do governo federal.

EQUIPE TÉCNICA E EXECUTIVA:

Ana Coelho (FGVces), Élcio Magalhães (CGAUP-Ministério da Cidadania), Jay van Amstel (TEEB AgriFood/PNUMA), Jéssica Chryssaídis (FGVces), Kelliane Fuscaldi (CGAUP-Ministério da Cidadania), Luis Claudio Romaguera Pontes (Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos-Ministério da Cidadania) Monica Lopez (TEEB AgriFood/PNUMA) e Regilane Fernandes (CGAUP-Ministério da Cidadania).

COMITÊ TÉCNICO E DIRETIVO DO PROJETO:

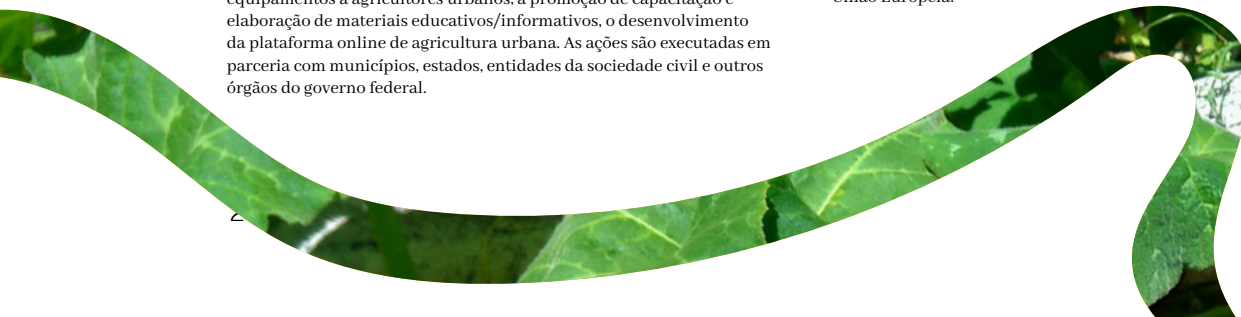
Adriana Figueira (Secretária Executiva de Agricultura Urbana do Recife/PE); Ana Flávia Badue; (Instituto Kairós); Ana Paula Gomes da Silva (Instituto Agrônomo do Pernambuco – IPA); André Ruoppolo Biazoti (Instituto Pólis / Coletivo Nacional de Agricultura Urbana); Betty Nogueira Rocha (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ); Christiano Nascif; (Superintendente do Senar Minas); Claudio Lucas Capeche (Embrapa Solos); Ednaldo Michellon (Paraná Mais Orgânico e CerAUP/UEM); Estevan Felipe Pizarro Muñoz (GEPAD/UFRGS e LACAF/UFSC); Eugênio (Associação de Orgânicos e Agroecologia da Zona da Mata MG); Fernando de Mello Franco (Universidade Mackenzie); Francisco Itamar (Pesquisador Assistente do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON); Ítalo Lüdke (Embrapa Hortaliças); Janaína Pinheiro (Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA) do município de São Paulo); João Flávio Bomfim Gomes (Embrapa Tabuleiros Costeiros); Juarez Alves Martins (Horta Linda); Jussara Maysa Silva Campos (Instituto Federal do Tocantins); Léia (Mulheres do GAU); Leonnardo Furquim (Coordenadoria de Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura de São Paulo); Lia Palm Coordenadora de Agricultura da Prefeitura de São Paulo); Liziana Maria Rodrigues (Sistema FAEMG); Margarida Gorga (Embrapa Hortaliças); Maria Alice Mendonça (Universidade Federal de Viçosa/ ProP. Departamento de Economia Rural); Marta dos Santos Freire Ricci (Embrapa Agrobiologia); Michelle Jacob (LabNutrir, Departamento de Nutrição, UFRN); Olívio Dambros (Unicafes – Brasil); Peter H. May (Professor Titular, CPDA/UFRRJ); Regiane Nigro (Instituto Kairós); Rogério Lucio Vianna Jr (EMATER-DF); Semíramis Rabelo Ramalho Ramos (Embrapa Alimentos e Territórios); Thais Mauad (Professora Associada - Faculdade de Medicina da USP); Yara Maria Chagas de Carvalho (IEA/APTA e RBCV – SP); Zilma Borges de Souza (FGV-EAES, CEAPG/FGV e Lap2d/UNB); Nelson Reis Claudino Pedroso (Associação Global de Desenvolvimento Sustentado).

AGRADECIMENTOS AOS GESTORES PÚBLICOS ENTREVISTADOS:

Adriana Figueira (Prefeitura de Recife-PE), Darklane Rodrigues Dias (Prefeitura de Belo Horizonte-MG), Lia Palm (Prefeitura de São Paulo-SP), Marcos Lira e Marisvaldo Passos (Prefeitura de Marabá-PA), Samirelle Silvano Messias (Prefeitura de Maringá-PR) e Warley Raimundo de Paula (Prefeitura de Sete Lagoas-MG).

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi realizada com o apoio do instrumento de parceria da União Europeia.



Sumário

Apresentação	4	Tipologias de AUP e benefícios: como se relacionam?	32
Breve histórico e evolução da agenda de AUP no mundo	5	Capítulo 3. Instrumentos para fortalecer a agenda de agricultura urbana e periurbana. .34	
Afinal, o que é a agricultura urbana e periurbana e como ela se difere da agricultura realizada em meio rural?	8	Institucionalização da agricultura urbana e periurbana ('escalonamento vertical') . .36	
Por que o uso do termo agricultura urbana e periurbana?	9	ESTADO LEGAL	37
Objetivo e questões norteadoras do Guia para Agendas Municipais.	10	DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO	37
A quem o guia se destina	12	ORÇAMENTO PÚBLICO	38
Como o Guia está organizado.	12	GOVERNANÇA, INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.	38
Como foi o processo de construção	13	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	40
Comitê Técnico e Diretivo	16	Multiplicação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana (‘escalonamento horizontal’)	41
Revisão de literatura	14	ACESSO À TERRA E ÁGUA.	41
Entrevistas com gestores municipais	15	GESTÃO DE RISCOS: ÁGUA, SOLO E AR	42
Consulta pública	15	PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA.	43
Capítulo 1. Benefícios da agricultura urbana e periurbana	16	INFRAESTRUTURA DE APOIO PARA A PRODUÇÃO	44
Cadeia de valor da agricultura urbana e periurbana	19	EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	45
Quadro de avaliação TEEB Agricultura & Alimentos: tornando visíveis os valores da natureza e da agricultura	20	FORTELECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA E DOS CIRCUITOS CURTOS . .46	
Dimensão humana	23	GESTÃO DE RESÍDUOS	49
Dimensão social	23	Direcionadores para a ação pública	50
Dimensão econômica	24	Checklist para a gestão pública municipal	53
Dimensão ambiental	25	Escalonamento vertical – ações para a institucionalização da AUP	54
Os múltiplos benefícios articulados em uma visão sistêmica	25	Escalonamento horizontal – ações para a multiplicação da AUP	55
Capítulo 2. Elementos para caracterizar os diferentes tipos de agricultura	27	Referências bibliográficas	58

Apresentação

A construção de cidades sustentáveis tem sido um debate em todo o mundo como tema fundamental para o enfrentamento das questões geradas pelo crescimento desordenado das cidades e a ausência ou insuficiência de um modelo de planejamento urbano que considere os impactos ambientais e sociais da formação de grandes aglomerados humanos.

Em 2050, prevê-se que dois terços da população mundial viverão em assentamentos urbanos e periurbanos, com a probabilidade de que 3 bilhões de pessoas terão acesso insuficiente a saúde, energia, saneamento básico e alimentos saudáveis¹. No Brasil, pesquisa realizada em 2015 revelou que 85% da população vivia nas cidades e que esse percentual tenderia a aumentar nos anos seguintes².

Nesse cenário, manter ou promover a agricultura dentro e no entorno das cidades é uma forma de fortalecer a segurança alimentar e nutricional, gerar renda às populações vulneráveis, reduzir a distância entre produtores e consumidores e gerar benefícios ambientais.

Por esse motivo, é esperada uma dinâmica mais ativa e protagonista dos governos na agenda dos sistemas alimentares. Para além de um olhar intersetorial na concepção de políticas públicas e nos arranjos institucionais criados, é fundamental também assumir o papel de coordenação de atores locais na perspectiva de construir uma visão coletiva em torno do planejamento e das reconfigurações do território.

Embora exista uma visibilidade recente ao tema da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP),

seu potencial na geração de segurança alimentar e nutricional vem sendo explorado por meio de políticas públicas desde a década de 90, em municípios precursores como o de Belo Horizonte, e a partir dos anos 2000 o tema passou a fazer parte da agenda do governo federal. Ao longo da última década, viu-se a cidade de São Paulo criar um arcabouço institucional voltado à transição agroecológica. Enquanto isso, na cidade do Rio de Janeiro, hortas comunitárias apoiadas pela prefeitura multiplicaram-se, totalizando 55 hectares, dentre elas a famosa horta de Manguinhos, que provisiona 800 famílias. Em Maricá, RJ, há programas municipais abrindo concessões em terras públicas para agricultores urbanos e inaugurando praças com a temática da agroecologia. Pulando para Minas Gerais, em Sete Lagoas, são 24 km lineares de cultivos orgânicos contornando a cidade. Há muitas outras experiências sendo conduzidas em diferentes regiões do país.

Na tentativa de responder às questões da segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas e, ao mesmo tempo, institucionalizar o potencial dessa agenda, o Brasil estabeleceu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, pela Portaria do Ministério da Cidadania nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, compondo, junto com outras políticas públicas, uma ampla frente de ações de orientação e financiamento para apoiar a construção de respostas locais para a transformação dos sistemas agroalimentares.

Esse reconhecimento estimula a criação e o fortalecimento da agenda de agricultura urbana e periurbana em todo o país. Desse modo, cada vez mais pessoas, em diferentes regiões, biomas e climas, poderão ter acesso a conceitos e instrumentos para desenvolver a produção e o consumo de alimentos em seus territórios, bem como a recuperação de áreas verdes, seja em ambientes domésticos ou em ambientes públicos/coletivos.

1 - ONU, 2018.

2 - IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015.

Breve histórico e evolução da agenda de AUP no mundo

A agricultura urbana e periurbana não é uma pauta recente, e a compreensão do seu conceito e das suas múltiplas contribuições para as cidades guarda íntima relação com o entendimento do processo histórico do seu surgimento e do seu avanço nas diferentes regiões do planeta.

Ainda no século XVIII, surgiram as primeiras hortas urbanas na Europa, no contexto do processo de industrialização iniciado na Inglaterra, e, com ele, as grandes cidades. Ali a agricultura urbana se caracterizou como estratégia de garantia de alimentação para as famílias, por meio de uma atividade que muitas delas já estavam acostumadas, considerando que tinham se deslocado do meio rural para o urbano e traziam conhecimentos em agricultura. Isso ajuda a entender por que o surgimento das hortas urbanas esteve quase sempre associado às crises sociais e econômicas, assumindo função de garantia de subsistência³. Na segunda metade do século XX, no período pós-guerras, as hortas urbanas se difundem por toda a Europa, ainda com essa perspectiva, mas assumindo novas formas além das hortas.

Nos Estados Unidos, a agricultura urbana surge na sequência do processo migratório de populações europeias, que levaram consigo as práticas agrícolas dos seus países de origem. A evolução da agricultura urbana no país, entre o século XIX e meados do século XX, assim como na Europa, está muito associada a momentos de crises econômicas, com o objetivo central de satisfazer necessidades alimentares básicas. Somente no século XX, a partir da década de 70, a AUP norte-americana passou a articular os campos da segurança alimentar e da educação ambiental, com as crescentes pressões em torno das questões mais amplas do desenvolvimento urbano⁴.

Por sua vez, na África e no Oriente Médio, considerados o berço da civilização e da agricultura, a prática da AUP foi inicialmente subestimada, só conseguindo maior expressão depois da crise

econômica da década de 70, no século XX. O estímulo para a ampliação do cultivo de alimento nas cidades passou a focar na ocupação dos terrenos ociosos, resultando na criação da primeira grande cooperativa de agricultores urbanos, instituída pelo governo da Zâmbia.

A Ásia traz longa tradição em agricultura urbana, também oriunda do surgimento das hortas em períodos de grande expansão das cidades⁵. As dificuldades de logística de transporte e armazenamento de alimentos perecíveis foram os grandes fatores de estímulo a criar aproximação dos espaços de produção e de consumo. No século XX, essas práticas foram estimuladas pelo governo chinês, desenvolvendo planos de reestruturação do uso da terra e de reciclagem de resíduos, fomentando iniciativas de AUP. Merece destaque, também, a AUP na Indonésia, por se estabelecer como uma indústria de grande peso em resposta às questões de desemprego e garantia do poder de compra de parte da população. No Japão, com sua grande densidade populacional e pouca disponibilidade de áreas para cultivo, a questão da segurança alimentar impulsionou a incorporação da AUP nos censos populacionais, estimulando a ampliação de suas práticas no interior e arredores das cidades.

Por fim, na América Latina, a AUP também vem de uma longa tradição que se desenvolve especialmente com a independência dos países,

5 GONÇALVES, 2014.

3 GONÇALVES, 2014.

4 GONÇALVES, 2014.





no século XIX, e avança de forma não homogênea no período pós-guerras do século XX. Nas décadas de 70 e 80, governos latino-americanos tiveram papel importante no estímulo à AUP, aliando-se aos programas de caridade das instituições religiosas. O reconhecimento dos diferentes campos de resultados da AUP durante períodos de crise econômica foi demarcando sua ampliação nas décadas seguintes. Cuba se destacou como uma grande referência na região, apresentando resultados importantes no aumento de consumo de vegetais entre as crianças, formando uma tradição geracional em torno da produção e do consumo de alimentos saudáveis nas cidades; e, apresentando ampla diversidade de práticas adaptáveis a diferentes lugares. A interação entre os países resultou na criação da “Red Latinoamericana de Investigaciones en Agricultura Urbana” (1995), envolvendo empresários do ramo da agricultura interessados nas atividades urbanas⁶. Pesquisas da FAO (2014) apontam a crescente popularização da prática da AUP nos países latino-americanos, abarcando inúmeras atividades adequadas a pequenos espaços, em especial, na produção de alimentos com expressiva variedade e na criação de pequenos animais.

O olhar histórico da AUP nas diferentes regiões do mundo permite reconhecer que, em espaços multilaterais, a agenda tem um de seus marcos na década de 90, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) cria o Comitê

de Agricultura Urbana, em 1991. A partir desse momento, começam a se formar diversos fóruns de articulação e estudos sobre AUP, entendendo-a como uma estratégia importante para o fortalecimento dos sistemas alimentares e a manutenção da qualidade de vida nas cidades.

Nos anos seguintes, pode-se perceber que a AUP se integrou ao debate de cidades sustentáveis, voltado especialmente ao enfrentamento das mudanças climáticas e das desigualdades sociais em espaços urbanos. Um dos principais acordos multilaterais dessa agenda teve origem em 2014, quando o grupo C40 (grandes cidades para liderança do clima), em conjunto com a União Europeia e a FAO (Organização das Nações Unidas de Agricultura e Alimentação), começou a discutir a criação de um pacto para o fortalecimento de políticas alimentares que pudesse ser adotado pelo maior número de cidades possível.

Intitulado como Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (MUFPP), o acordo foi assinado por 100 municípios durante a EXPO 2015, em Milão, dedicada ao tema “Alimentando o planeta, energia para a vida”. Em 2022, o Pacto de Milão conta com mais de 200 cidades signatárias e realiza seu 8º Fórum Global na cidade do Rio de Janeiro. Seus mecanismos de implementação e monitoramento desenvolvidos no período guardam estreita relação com a Agenda 2030, lançada no mesmo ano de 2015.

No Brasil, a expressão pública do tema da agricultura urbana teve como principal impulsionador a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Mas, anterior a isso, entre os anos 1980 e 2000, o avanço das práticas de AUP foi marcado pelo processo de municipalização das políticas públicas e de criação de canais de participação popular na agenda pública, pela proliferação das organizações não governamentais e pela presença forte das agências de cooperação internacional estimulando projetos de combate às desigualdades e de enfrentamento às questões ambientais. A criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, instituído pela Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018, em todas as suas diretrizes e objetivos, é um marco importante nessa trajetória de evolução da pauta na agenda pública.


6 GONÇALVES, 2014.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO CONTEXTO GLOBAL DA SUSTENTABILIDADE

Ao mobilizar o papel das cidades para a promoção de políticas alimentares urbanas, é possível atuar de forma integrada e para o alcance das metas da Agenda 2030 em consonância com mais de 40 metas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A título de exemplo, apresentam-se a seguir alguns elementos que contribuem para a conexão entre a agenda de AUP e alguns dos ODS.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	RELAÇÃO COM A AGENDA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA
ODS 1: Erradicação da pobreza	Com a intenção de atender famílias em situação de vulnerabilidade, a prática da AUP representa uma estratégia para o combate à pobreza via inclusão social e produtiva. Além da produção para autoconsumo, muitos praticantes encontram na AUP uma alternativa de emprego e renda.
ODS2: Fome zero e agricultura sustentável	A AUP é uma importante estratégia de promoção de sistemas alimentares resilientes e justos. Seu desenvolvimento contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, além de promover o encurtamento dos elos entre produção e consumo.
ODS 4: Educação de qualidade	Dentre as tipologias de AUP, encontram-se as hortas pedagógicas e hortas escolares, com função de promover a aprendizagem relacionada aos ciclos da natureza e a um estilo de vida sustentável.
ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico	Diversas experiências já estudadas de AUP apontam que essa agenda se fortalece em períodos de recessão e crises econômicas, contribuindo fortemente para a empregabilidade da população.
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	A AUP contribui especialmente para a meta de reduzir o impacto ambiental das cidades. Isso porque suas iniciativas podem representar diversos benefícios ambientais, como a conservação da biodiversidade, o combate a secas e inundações, a melhora do microclima, a contenção do espraiamento urbano, entre outros.
ODS 12: Produção e consumo sustentáveis	Destaca-se nesse campo o potencial da AUP de integrar-se à gestão de resíduos sólidos, com diversas experiências relacionadas a compostagem urbana. Além disso, a agenda pode contribuir para a redução do desperdício de alimentos e o consumo de alimentos saudáveis, sazonais e locais.
ODS 13: Ação contra a mudança global do clima	A depender do porte e das características das iniciativas de AUP, é possível contribuir para a redução de emissões de gases do efeito estufa, pelo encurtamento das distâncias entre produção e consumo, bem como pelo potencial de captura de carbono, a partir da multiplicação de áreas verdes nas cidades.





Afinal, o que é a agricultura urbana e periurbana e como ela se difere da agricultura realizada em meio rural?

A agricultura urbana e periurbana pode ser definida como o conjunto de atividades agrícolas localizadas no interior das áreas urbanas ou nas regiões periurbanas que contemplam as etapas de cultivo, processamento e distribuição de uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios. Suas práticas proporcionam múltiplos benefícios, seja na preservação ambiental; na produção e no consumo de alimentos saudáveis; na promoção da agroecologia; na inclusão social e produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade; no estímulo ao convívio social; e na melhoria da qualidade de vida das populações⁷.

É muito comum a associação da agricultura aos espaços rurais, interioranos ou remotos, onde seus participantes atuam especialmente na produção de bens primários, com diferentes níveis de tecnologia e sistemas de cultivo. Por isso, o termo “agricultura urbana e periurbana” pode, em um primeiro momento, causar certo estranhamento. Essa percepção se justifica especialmente pelas lacunas de informações em termos de suas características e da forma como se ajustam aos territórios, bem como aos benefícios e às contribuições dessa agenda para a sociedade. Portanto, antes de apresentar os conteúdos deste Guia, é de suma importância ter contato com ao menos cinco fatores que estão presentes na AUP de forma mais acentuada do que na agricultura realizada em meio rural.

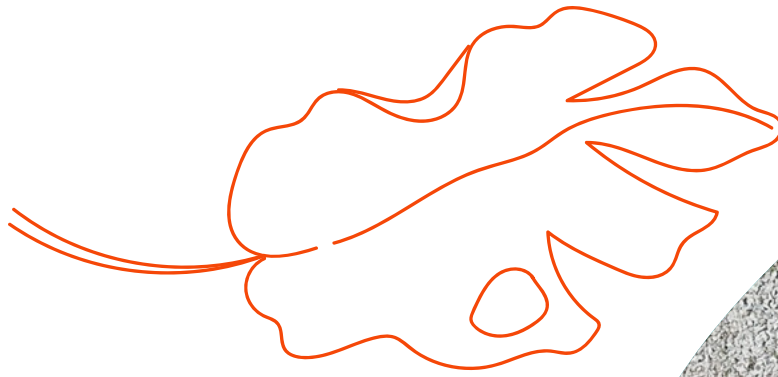
A PROXIMIDADE COM MERCADOS E O ENCURTAMENTO DA CADEIA DE VALOR tanto a agricultura urbana, realizada dentro das cidades, quanto a agricultura periurbana, conduzida nas proximidades imediatas de áreas urbanas consolidadas, são caracterizadas pela maior proximidade de centros consumidores. Esse fator geográfico implica, muitas vezes, na possibilidade de reduzir o número de agentes intermediários, ou até mesmo de anulá-los, em situações em que a produção é destinada para o autoconsumo ou para a

venda direta ao consumidor (como sistemas pegue e pague, feiras municipais, entregas por encomendas, dentre outros).

AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES PARA ALÉM DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS OU BENS PRIMÁRIOS nas áreas urbanas e periurbanas, a agricultura muitas vezes assume um papel diferente, por vezes crítico à divisão campo-cidade, e não necessariamente desenvolvido exclusivamente com a finalidade de geração de renda. Alguns campos de resultados esperados são o pedagógico, o cultural, o terapêutico, o ativista, o hedonístico e o da saúde física, psíquica ou mental.

OS PRATICANTES DELINEANDO MÚLTIPLOS PERFIS DE “AGRICULTORES” qualquer cidadão pode se envolver em atividades de agricultura urbana e periurbana, sendo essa sua ocupação principal ou não. Mesmo nos casos em que a intenção é gerar novas formas de ocupação e geração de renda, é muito comum que os participantes sejam “novos entrantes”, ou seja, sem experiências prévias com atividades relacionadas à produção de alimentos. Para além da experiência, as funções a que se destinam as práticas da AUP também vão delineando a entrada de perfis diferenciados de praticantes; por vezes, o perfil socioeconômico das pessoas que se envolvem motivadas pela necessidade de acesso a alimentos é diferente do de outras que buscam uma atividade produtiva diferenciada, a exemplo do cultivo de espécies alimentícias de alto valor agregado, ou recreativa, que promova o contato com a natureza. Esses diferentes perfis refletem, muitas vezes, o interesse, as condições econômicas de desigualdade e de acesso a recursos que perpassam o território.

7 MOUGEOT, 2005. PORTO, 2016.



A EMERGÊNCIA DE BASES ECOLÓGICAS COMO SUSTENTAÇÃO DE PROGRAMAS E INICIATIVAS, o que emerge de programas e iniciativas de fortalecimento à AUP é a busca por espaços verdes nas cidades, com forte impacto na construção de cidades resilientes à crise climática. Partindo do acúmulo dos movimentos e saberes tradicionais da agricultura de base familiar, nota-se que, nas áreas urbanas e periurbanas, a pauta ecológica surge como elemento integrador em torno do objetivo de transformar os sistemas agroalimentares locais e construir uma outra perspectiva de cidade, voltada ao acesso a bens e recursos naturais pela população. Essa consideração, entretanto, reconhece que existem casos de agricultura urbana e periurbana convencionais, principalmente de caráter comercial, muitas vezes ancoradas em práticas com externalidades negativas para o meio urbano e os ecossistemas. Não há, portanto, a pretensão de homogeneizar toda a diversidade de manifestações da AUP. Mas, sim, identificar que, a partir das experiências de diferentes municípios, a atuação para o fortalecimento dessa agenda está ancorada em propostas de transição agroecológica e em reivindicações ao direito à cidade.

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS ESTRUTURANTES PARA A AUP, apesar de reconhecer que muitas cidades já avançaram na institucionalização de um arcabouço legal que estimule ações, políticas públicas e governança, em muitos municípios se nota que a AUP não é prevista como uma atividade “legal” para ser desenvolvida em áreas urbanas. Ou ainda, se permitida, pode carecer de estruturas de apoio ou políticas de fomento que fortaleçam seu desenvolvimento. A agricultura rural, por sua longa história de consolidação no Brasil, conseguiu institucionalizar um conjunto de marcos legais e de políticas estruturantes, como as de crédito, assistência técnica, fomento à produção e à comercialização, dentre outras. A agricultura urbana, na maioria dos municípios, ainda precisa percorrer esse caminho de consolidação.



Por que o uso do termo agricultura urbana e periurbana?

Para muitos municípios brasileiros, especialmente nas regiões interioranas, o conceito de “periurbano” pode ser de difícil entendimento e baixa aplicação. Entretanto, nas localidades brasileiras onde encontram-se processos de intensa urbanização, como as regiões metropolitanas, nota-se o surgimento de zonas de transição, onde o que se considera como urbano e rural coexiste, criando atributos específicos, fragilidades e potencialidades⁸.

As regiões periurbanas poderiam então ser caracterizadas como uma colcha de retalhos dos tecidos urbano e rural. Geralmente, nelas são encontrados habitantes de baixa renda que trabalham em meio urbano; propriedades historicamente rurais que, pelo avanço do urbano, acabaram sendo integrantes das bordas da cidade; e, ainda, pessoas de maior renda em busca de amenidades que movimentam a construção de empreendimentos voltados ao lazer, ao turismo e aos condomínios de habitação, entre outros exemplos.

Se nas áreas urbanas a prática da agricultura se apoia especialmente na identificação de espaços ociosos e, geralmente, de menor porte, nas áreas periurbanas é comum uma agricultura altamente integrada ao mercado, que nem sempre se sente parte da economia ecológica e do uso de práticas que tenham externalidades positivas. É o que se encontra, por exemplo, em regiões onde o crescimento da cidade chega até regiões que

8 PEREIRA, 2013.



historicamente foram dedicadas à agricultura. Nesses casos, apesar do nome “agricultura periurbana”, as experiências assemelham-se muito ao que se encontra no meio rural.

Entretanto, é importante reconhecer a vastidão de iniciativas que estão integradas ao termo agricultura urbana e periurbana e trabalhar para o entendimento de suas particularidades. Apesar das dificuldades em se estabelecer tipos “ideais” de agricultura urbana e periurbana, atenta-se para o fato de que ambas estão nos limites de um mesmo município e podem ser entendidas como dinâmicas complementares, capazes de compor um mosaico em que diferentes benefícios são proporcionados à cidade e aos seus habitantes.

Objetivo e questões norteadoras do Guia para Agendas Municipais

As experiências exitosas em diversos municípios brasileiros e o acúmulo de conhecimento de instituições, lideranças e movimentos sociais no âmbito da AUP apontam que seu fortalecimento passa não apenas por aumentar a área disponível e o volume de produção, ainda que estas sejam questões fundamentais. Tão importante quanto a disponibilização de recursos das mais diversas naturezas está também o apoio para a institucionalização da agenda em nível local. Isso quer dizer que o avanço da AUP no Brasil depende também do fortalecimento de capacidades, estruturas de governança, equipamentos e serviços de segurança alimentar e nutricional, legislações, além de uma mudança de comportamentos e valores.

Além disso, assim como os desafios estão presentes nos territórios, muitas vezes a capacidade de respostas também está latente no nível local. Há muitas iniciativas importantes em secretarias municipais de agricultura, saúde, educação, assistência social, desenvolvimento agrário e meio ambiente que, uma vez articuladas, podem concretizar programas e ações municipais de promoção da agricultura urbana como possibilidade concreta de produção e consumo de alimentos saudáveis nas cidades.

Para além da necessidade de recursos, os municípios demandam também uma orientação conceitual e metodológica de como fazer agricultura urbana e periurbana na agenda municipal. O acesso

a informações sobre projetos existentes, formas de planejamento e execução adotadas entre diferentes municípios, conjunto de ferramentas de políticas mobilizadas e outros dados, muitas vezes é capaz de estimular iniciativas locais a partir dos recursos já existentes.

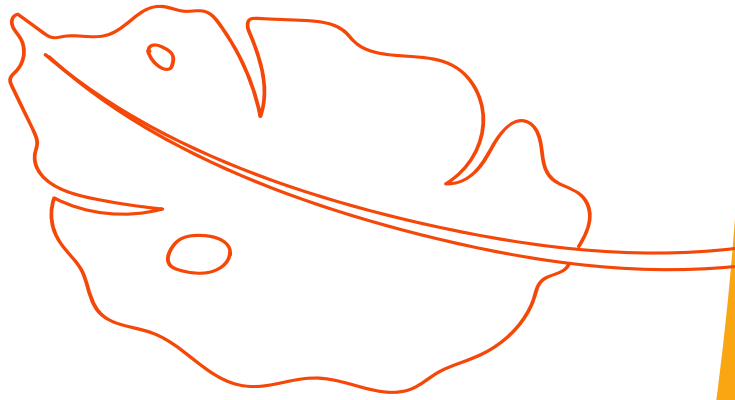
Essa percepção indicou a necessidade de construir um documento orientador, destinado aos agentes municipais, para a inserção do tema da agricultura no planejamento urbano na forma do documento Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano.

Buscando identificar elementos para a formulação deste material, foram realizadas articulações iniciais e reuniões bilaterais, no período de setembro de 2021 a março de 2022, com diferentes partes interessadas nos níveis federal, estadual e municipal. Nesse processo, percebeu-se que muitas demandas convergem em torno do nível municipal e que falta um instrumento que sistematize o conhecimento disponível e o traduza em uma linguagem que apoie a tomada de decisão.

Sendo assim, apresentam-se a seguir três questões que norteiam o desenvolvimento do documento:

- Como desenvolver uma agenda integrada de AUP nos municípios?
- Quais são os caminhos e as estratégias para inserir a AUP no planejamento urbano?
- Como monitorar os resultados e comunicar os múltiplos benefícios de forma a garantir a continuidade e expansão da AUP?

O pano de fundo do Guia comporta a visão de que o tecido social e a estrutura formada por histórias, memórias e capacidades dos territórios importam para a promoção de oportunidades. Entende-se, ainda, que esse caminhar pode ser guiado pelos próprios atores locais, em articulação com outros atores em outras escalas nas quais também estão inseridos. Dessa forma, o presente Guia incorpora elementos do acúmulo de debates e práticas da abordagem territorial como uma estratégia de planejamento e desenvolvimento local, estimulando que os territórios sejam compreendidos e fortalecidos como espaços dinâmicos, sendo ao mesmo tempo o ponto de partida e o ponto de chegada das políticas de promoção da agricultura urbana e periurbana.



QUAIS APRENDIZADOS A ABORDAGEM TERRITORIAL TRAZ PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM AUP?

Por que “receitas” iguais nunca produzem os mesmos resultados em todos os lugares? A resposta a esse questionamento pode ser estruturada em torno de alguns princípios que regem o debate sobre desenvolvimento territorial. Essa é uma metodologia de organização e fortalecimento dos processos de desenvolvimento que considera o território como unidade básica de formulação, implementação, articulação e monitoramento das políticas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável. De forma bastante sintética, os componentes que indicam a adoção da abordagem territorial são, principalmente:

- O reconhecimento do território e de seus sujeitos prioritários (no caso da agenda de AUP, os agricultores urbanos e os consumidores).
- A definição de uma instância de gestão social (colegiado, câmara temática, conselho, comitê ou estrutura similar) na qual tomadores de decisão, parceiros potenciais e beneficiários das políticas se relacionam e interagem na construção de planejamentos e ações prioritárias.
- A definição de instrumentos e processos de planejamento das ações territoriais (no caso da agricultura urbana, podem ser Planos Territoriais de Agroecologia ou a inserção da AUP como eixo em planos de desenvolvimento local existentes).
- Implantação dos instrumentos que materializam o que é planejado (projetos, infraestruturas necessárias, dinâmicas organizativas etc.).
- A destinação de um orçamento de fomento aos projetos/ações priorizadas pelo território, com mecanismos de gestão e controle social.

Em diversos lugares do Brasil, é possível encontrar municípios e estados que adotam a abordagem territorial como método de organização e gestão das políticas de desenvolvimento sustentável. Pesquisar e conhecer essas experiências pode ajudar os agentes públicos na tomada de decisão sobre a incorporação dessa abordagem na implantação da agenda de AUP¹.

1 SONINO, R, 2016; FGVces, 2021; BUARQUE, S. C., 2016.





A quem o Guia se destina

Estudos recentes apontam a escala municipal como espaço de transformação em termos de políticas públicas associadas à agroecologia e à segurança alimentar e nutricional, que são dois temas estruturantes para a construção de agendas de agricultura urbana e periurbana. Em adição, nota-se que a agenda de AUP já vem sendo realizada por vários municípios e movimentos sociais, com muitos exemplos de cidades que aprovaram legislação específica sobre o tema.

Nesse sentido, embora o Guia traga sempre a importância de a esfera municipal estar articulada à sociedade civil e aos atores do território, a perspectiva aqui adotada é de dialogar de forma imediata com os agentes públicos representados pelos gestores municipais, servidores e outros atores que exercem funções públicas no município.

Como o Guia está organizado

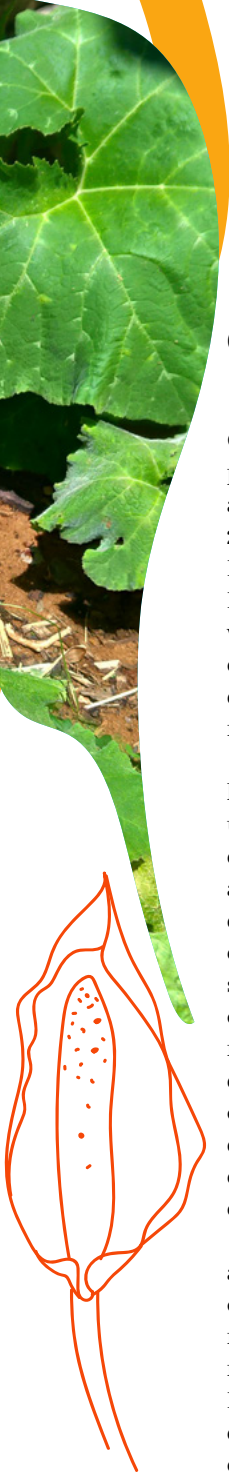
O conteúdo proposto para o Guia está organizado em três capítulos principais. Após a descrição do percurso metodológico, apresenta-se no Capítulo 1 um panorama sobre os benefícios da agricultura urbana e periurbana nas cidades, organizados em quatro dimensões interdependentes: humana, social, econômica e ambiental. Serão também apresentadas algumas ferramentas para apoiar o monitoramento e a avaliação de tais benefícios, buscando assim potencializar os programas e as iniciativas e melhor comunicar os diferentes atributos de AUP para distintos atores no território.

Na sequência, reconhecendo que os benefícios da AUP dependem da forma como é realizada, apresenta-se no Capítulo 2 uma metodologia para identificação dos diferentes tipos de agricultura nas cidades, passo fundamental para dar início ao planejamento dessa agenda no município. Partindo da premissa da diversidade e das múltiplas características do território que influenciam as manifestações de AUP, exibe-se um quadro analítico com diferentes variáveis que permitem caracterizar essas manifestações, bem como apoiar na identificação de diferentes benefícios que cada uma das tipologias oferece ao território.

Tendo identificado a relação entre os benefícios e tipos de AUP, no Capítulo 3 serão apresentados instrumentos para construir e escalar essa agenda nos municípios. Nesse sentido, a proposta do Guia para agentes públicos consiste em pensar o comprometimento com a agenda a partir de dois diferentes movimentos. O primeiro, de escalonamento horizontal, estimulando a prática por meio da multiplicação de iniciativas existentes a partir de ações e serviços de apoio. E o segundo, de escalonamento vertical, com instrumentos para o desenvolvimento de capacidades institucionais e de um arcabouço legal que garanta a existência dessa agenda.

Por fim, na conclusão do Guia, além de sistematizar as principais mensagens apresentadas em um quadro-resumo, são também destacadas algumas implicações do Guia para os municípios, buscando, assim, identificar novas questões que podem ser aprofundadas e discutidas com os órgãos públicos parceiros, sociedade civil, organizações de assistência técnica, organizações de pesquisa etc.

Além deste documento, que representa a versão completa do Guia, serão também desenvolvidos (i) um sumário executivo com os conceitos e instrumentos abordados de forma resumida e (ii) uma Plataforma Virtual Interativa, que organiza o conteúdo de forma mais atrativa para a leitura e abriga materiais e ferramentas para download, estudos de caso de municípios brasileiros entrevistados e um repositório de legislações e literaturas para aprofundar as temáticas aqui apresentadas.



Como foi o processo de construção

O caminho percorrido para a construção do Guia envolveu, fundamentalmente, um trabalho de pesquisa e de articulação contínua entre diferentes atores. Durante os meses de março a novembro de 2022, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces), o TEEB Agricultura e Alimentos/PNUMA e a Coordenação-Geral de Apoio à AUP, vinculada ao Ministério da Cidadania, trabalharam em estreita colaboração, compondo uma estrutura de governança capaz de proporcionar legitimidade, representatividade e rigor técnico.

Em termos conceituais, a construção do Guia buscou incorporar ao debate da agricultura urbana e periurbana uma perspectiva holística e abrangente da complexidade dos sistemas agroalimentares. Nesse sentido, o quadro analítico do TEEB Agricultura e Alimentos foi aqui utilizado, como ferramenta de apoio para a discussão e a sistematização dos múltiplos benefícios que a AUP oferece para a qualidade de vida nas cidades. A metodologia, concebida em 2015 com a colaboração de mais de 150 acadêmicos de 33 países, tem como objetivo compreender todos os impactos e todas as dependências de sistemas agroalimentares, sejam eles visíveis ou invisíveis, em qualquer segmento da cadeia de valor.

Outra importante contribuição do quadro analítico do TEEB Agricultura e Alimentos para o Guia consiste na reflexão sobre como são mensurados os resultados de diferentes iniciativas no contexto da agricultura e da alimentação. Entende-se aqui que, para além da quantidade de alimentos produzidos ou da receita gerada, existem outros valores e benefícios associados ao fortalecimento da agricultura nas cidades. Há, portanto, uma clara intenção deste Guia de influenciar a atuação de atores públicos de modo que sejam incorporados nos processos de tomada de decisão outros aspectos que, por mais que não sejam quantificados e mensurados por métodos clássicos de análise, são importantes para a vida das pessoas e dos ecossistemas.

Para além dessa abordagem conceitual, serão descritas a seguir quatro etapas que foram percorridas de forma articulada para a construção do Guia. São elas (1) discussão entre a equipe técnica e executiva no Comitê Técnico e Diretivo, (2) realização

de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais, (3) levantamento de informação por meio de uma revisão bibliográfica e (4) validação da versão preliminar do Guia por meio de consulta pública.

Comitê Técnico e Diretivo

Sob a forma de um Comitê Técnico e Diretivo, 38 atores vinculados a diferentes esferas governamentais, da sociedade civil organizada e de instituições de extensão, ensino e pesquisa, participaram do desenvolvimento do Guia. A partir da realização de três encontros virtuais, nos meses de maio, junho e agosto de 2022, os participantes do Comitê tiveram como responsabilidade:

- a revisão dos resultados da sistematização do conhecimento sobre o tema e a proposição de alterações ou adaptações necessárias;
- o aporte de referências de boas práticas e lições aprendidas que possibilitaram ampliar as chances de sucesso da implementação do Guia em diferentes municípios brasileiros;
- o apoio na disseminação Guia e de seus resultados para diferentes atores que podem subsidiar a formulação de políticas públicas e/ou influenciar na incorporação dos conteúdos em ações, iniciativas, políticas, legislações e outros mecanismos.

COMITÊ TÉCNICO E DIRETIVO



Figura 1: Comitê técnico e diretivo – vínculo e regiões as quais estão vinculados os participantes.



No primeiro encontro, realizado no dia 11 de maio de 2022, destacaram-se como objetivos principais: (i) a consolidação do engajamento dos participantes e o alinhamento de expectativas em relação às atribuições da participação do Comitê Técnico e Diretivo; e, o (ii) refinamento do escopo, a partir de reflexões iniciais sobre três diferentes temáticas que permeiam o desafio da AUP nas cidades: heterogeneidade dos municípios, repertório de instrumentos municipais para a construção, principais desafios no nível municipal.

A partir da sistematização dessas discussões e do acúmulo de informações obtidas na literatura e em entrevistas com gestores municipais, o segundo encontro, realizado em 15 de junho de 2022, teve como objetivo apresentar uma estrutura preliminar do conteúdo proposto para o Guia. A partir de discussões em grupos, buscou-se capturar as contribuições dos participantes do Comitê sobre as diferentes tipologias de AUP, seus múltiplos benefícios e os instrumentos necessários para que a gestão municipal possa direcionar ações para a institucionalização da agenda e para a criação e consequente multiplicação de iniciativas.

Por fim, no terceiro e último encontro do Comitê, realizado no dia 3 de agosto de 2022, apresentou-se aos participantes a versão preliminar do Guia. Além disso, foram elencadas estratégias de comunicação para influenciar políticas públicas de AUP, buscando subsidiar os esforços de disseminação do Guia na etapa de lançamento.

Revisão de literatura

A etapa de revisão de literatura teve como ponto de partida a elaboração de uma pergunta de pesquisa norteadora da busca por artigos científicos brasileiros e internacionais. A partir de conversas exploratórias com gestores públicos do Ministério da Cidadania e com o Comitê Técnico e Diretivo, foi possível identificar quais eram as principais lacunas de informação nos processos de tomada de decisão a nível municipal. Eles se referiam tanto à falta de entendimento dos potenciais benefícios da AUP para as cidades por parte dos gestores públicos, quanto aos instrumentos disponíveis para fortalecer a atuação a nível municipal. Dessa forma, definiu-se a pergunta de pesquisa abaixo:

Quais os benefícios e instrumentos para o escalonamento da agricultura urbana e periurbana nas cidades?

Neste processo, foram conduzidas buscas nas bases de dados do Portal da Capes e Scielo, buscando dar ampla cobertura ao repertório acadêmico brasileiro. Além disso, publicações contidas na base Science Direct também foram incorporadas na pesquisa. A partir dos critérios relacionados à questão de pesquisa, foram selecionados 24 artigos para serem estudados em profundidade, tanto em termos dos benefícios da agricultura urbana e periurbana destacados, quanto em termos de instrumentos de políticas públicas que proporcionam o escalonamento da agenda nos municípios.

Na figura a seguir, apresenta-se um resumo da trajetória de pesquisa percorrida durante a revisão de literatura.

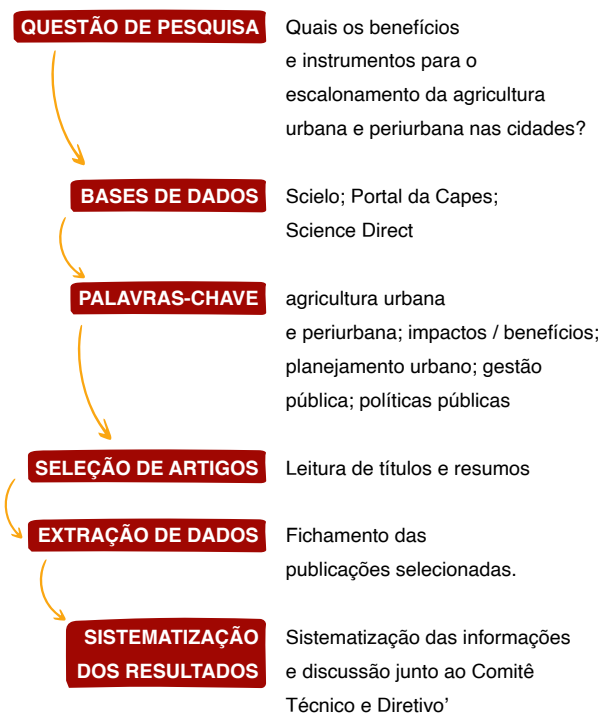


Figura 2: Revisão de literatura – síntese gráfica da metodologia estabelecida para a pesquisa.



Figura 3: Municípios brasileiros cujos gestores foram entrevistados no período de junho a julho de 2022 e suas respectivas populações segundo o Censo do IBGE de 2010*.

Entrevistas com gestores municipais

Buscando acessar lições aprendidas e experiências de AUP no campo da gestão municipal brasileira, foram conduzidas seis entrevistas semiestruturadas com gestores públicos. Para seleção dos municípios entrevistados, um dos critérios foi o acesso a diferentes regiões brasileiras e o porte populacional dos municípios. É importante pontuar que limitações em termos de tempo e de recursos interferiram na condução dessa etapa e na ampla cobertura do que se tem desenvolvido em diferentes partes do território brasileiro.

Durante as entrevistas, conduzidas de forma virtual, buscou-se explorar com os gestores o histórico da AUP no município, os instrumentos e as estratégias para implementação e manutenção da agenda e as principais demandas necessárias para institucionalizar e multiplicar as iniciativas em curso.

VISÃO GERAL

33 respostas válidas

consideradas na análise (sendo 01 membro do Comitê Técnico e Diretivo), das 141 respostas enviadas ao formulário.

Juntas essas respostas válidas sinalizaram 103 sugestões de texto no documento, considerando ajustes, inclusões, exclusões ou comentários adicionais.

Figura 4: Síntese de resultados da consulta pública. (Observação: para chegar às 33 respostas válidas, foram excluídas as respostas enviadas em branco e as respostas que não estavam dentro do escopo do estudo).

Consulta pública

Por fim, o resultado deste Guia acumula ainda as contribuições de uma consulta pública, conduzida virtualmente durante o mês de setembro de 2022, por meio do Portal do FGVces.

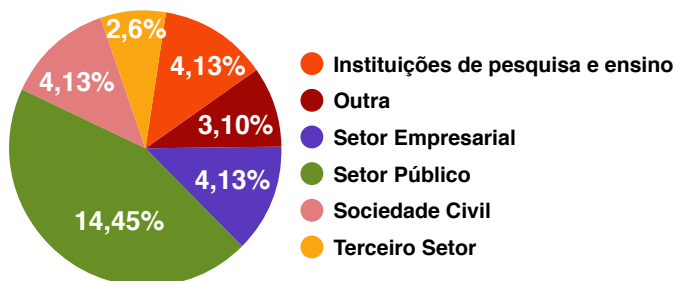
Além do acesso à versão preliminar do documento e de um espaço para contribuições gerais sobre o texto e a iniciativa, foi disponibilizado à sociedade um formulário com seis questionamentos que se referiam a partes específicas do Guia. Para ajudar na resposta dessas questões, foram inseridos trechos do texto preliminar que contemplavam o respectivo assunto.

São eles:

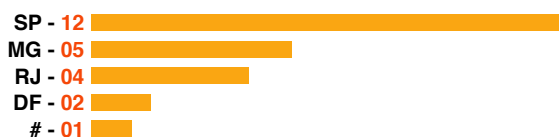
- Quais pontos tornam a agricultura urbana e periurbana diferente da agricultura praticada em meio rural?
- Quais aspectos contribuem para caracterizar as regiões urbanas e periurbanas?
- Quais os múltiplos benefícios que a AUP pode proporcionar para a cidade e seus habitantes?
- Quais variáveis podem ser utilizadas para caracterizar experiências de AUP a fim de que cada município crie suas próprias tipologias e nomenclaturas?
- Quais são os instrumentos para fortalecer a agricultura urbana e periurbana nos municípios?

Como resultado, a consulta pública proporcionou a interação com 33 participantes, dos quais 30 identificaram as organizações que representam e 29 identificaram a localidade em que residem. Juntas, as contribuições somaram 103 alterações de texto na versão final do Guia. A síntese de resultados da consulta pública encontra-se na figura a seguir.

Perfil das 30 respostas “válidas” que identificaram as organizações que representam



Perfil das 29 respostas “válidas” que identificaram o estado de origem




Capítulo 1

Benefícios da agricultura urbana e periurbana

Neste capítulo, serão abordados conceitos fundamentais para o entendimento da agricultura urbana e periurbana enquanto uma agenda integradora de diferentes campos de atuação no município. O objetivo aqui será de descrever, sob uma perspectiva sistêmica, a multifuncionalidade associada à AUP e apresentar potenciais benefícios que podem ser identificados nas iniciativas, a depender de suas motivações, estruturas, ações e dos atores envolvidos. Organizados em quatro diferentes dimensões, e ancorados na metodologia TEEB Agricultura & Alimentos, os benefícios apresentados contribuem tanto para auxiliar agentes públicos na criação de novas iniciativas de AUP que possam atender a uma demanda existente, quanto para dar robustez a iniciativas em curso, potencializando seus resultados e fomentando o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares sustentáveis.





Diversos municípios brasileiros estão mobilizando esforços para o fortalecimento da agenda de AUP, seja pela criação e pelo apoio a hortas urbanas e quintais produtivos, seja pelo avanço em marcos regulatórios e legais que sustentam a agenda. Nota-se, de modo geral, que essas ações poderiam ser fortalecidas a partir da integração de uma visão multidimensional e sistêmica, capaz de consolidar localmente o que diferentes autores chamam de sistema agroalimentar sustentável.

SISTEMAS AGROALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Os sistemas alimentares ou agroalimentares podem ser entendidos pela maneira como a sociedade se organiza para produzir e consumir alimentos. Estão inseridos nesse contexto não somente as cadeias de agricultura e alimentação, que, por sua vez, envolvem a produção, o processamento, a distribuição, a comercialização e o consumo de alimentos, mas também toda a rede de atores e fluxos envolvidos nesse sistema. Desse modo, tornar os sistemas alimentares sustentáveis passa pela transformação dos modelos de produção para que reduzam as externalidades ambientais negativas, como as emissões de gases do efeito estufa, o comprometimento da qualidade da água e dos solos e a perda de agrobiodiversidade. Além disso, também são incorporados o combate às perdas e ao desperdício ao longo da cadeia alimentar e a promoção de circuitos de consumo que favoreçam uma melhor repartição de ganhos e benefícios entre os atores. A sustentabilidade dos sistemas alimentares também está presente na tentativa de responder a questões de justiça social e redução das desigualdades¹.

1 RICHARD, et al., 2017. BRAUN et al., 2021; PREISS e SCHNEIDER, 2020.

Para além de um entendimento conceitual, o que se pretende ressaltar é a importância de um “modo de fazer” por parte de agentes públicos que lhes permita pensar nas agendas de AUP de forma conectada a outras agendas. São elas a promoção da segurança alimentar e nutricional, a proteção dos ecossistemas, o direito humano à alimentação adequada e saudável, o bem-estar, o desenvolvimento econômico e a geração de renda.

Vista desse modo, a AUP seria um caminho possível para a ação municipal em resposta aos grandes desafios contemporâneos, como o combate à pobreza e a redução das desigualdades, a erradicação da fome, as mudanças climáticas, a regeneração dos ecossistemas e a promoção de saúde e do bem-estar nas cidades¹.

Além disso, entender a AUP enquanto parte de um ‘sistema agroalimentar sustentável’ contribui para a incorporação de um pensamento sistêmico e circular que vai além da produção agrícola. Considera-se, portanto, como parte das agendas de AUP as etapas de distribuição, comercialização e consumo de alimentos, além da gestão dos resíduos gerados ao longo de toda a cadeia.

Convém destacar aqui outro conceito relacionado ao que se abordou no início deste capítulo e que dialoga com iniciativas de produção de alimentos, especialmente pela agricultura de base familiar. Trata-se da multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana. Esse conceito aponta para a importância de ancorar as políticas de fomento à agricultura no reconhecimento de aspectos que extrapolam a dimensão produtiva e a relação com o mercado. Assim, traz-se ao centro do debate a produção de bens e serviços – materiais e imateriais – que a agricultura pode proporcionar à sociedade, como o fomento à cultura e aos hábitos alimentares locais, a valorização de conhecimentos tradicionais e técnicas de produção mais compatíveis com a conservação dos ecossistemas².

Essas terminologias carregam visões distintas de desenvolvimento que, no limite, norteiam a ação pública e a elaboração de políticas. Nesse sentido, a

1 PREISS e SCHNEIDER, 2020.

2 CARNEIRO e MALUF, 2003.


AUP E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A relação entre a agenda de AUP e a promoção da segurança alimentar e nutricional, no Brasil, está fincada nos conceitos e nos instrumentos de políticas públicas que o país foi desenvolvendo ao longo de décadas. A Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) define por segurança alimentar e nutricional a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (art. 3º da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – LOSAN).

Esse conceito chama atenção para a capacidade de as gestões públicas garantirem dois campos importantes para a realização do direito humano à alimentação adequada e saudável: a disponibilidade desses alimentos nos territórios e as efetivas condições de acesso da população a eles.

Com essa perspectiva, o Brasil avançou na construção de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com uma estrutura de governança e com políticas de promoção da alimentação saudável. A adesão dos municípios ao SISAN e a incorporação da agenda de AUP como uma de suas estratégias tem sido um importante passo para que as gestões municipais avancem nos resultados necessários de suas políticas locais¹.

¹ Para saber mais sobre a adesão ao SISAN: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/aderir-ao-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>.



compreensão desses conceitos por parte de agentes públicos parece ser útil para a construção de agendas de AUP, por dois motivos principais.

Em primeiro lugar, a noção de sistemas agroalimentares e o reconhecimento de sua multifuncionalidade ajuda a romper com o olhar setorial, para então mobilizar diferentes instâncias municipais para a governança da pauta. Só assim, entendendo as questões, as situações e os agentes envolvidos como peças que compõem um mesmo quebra-cabeça, seria possível construir uma agenda de AUP adequada às realidades locais.

Em segundo lugar, a visão sistêmica presente nesses conceitos aponta para um importante aprimoramento nas estratégias de monitoramento e avaliação, considerando que os resultados em termos de renda ou de volume de produção são insuficientes para transparecer todo o potencial de benefícios que a agricultura urbana e periurbana pode ofertar às cidades e aos seus habitantes.

Cadeia de valor da agricultura urbana e periurbana

Antes de discorrer sobre os benefícios da AUP, importa aqui sublinhar algumas características da sua cadeia de valor.

De modo geral, uma cadeia de valor se caracteriza pela existência de um fluxo contínuo de atividades por meio das quais é possível agregar valor a certo produto e assim criar o vínculo entre o estágio mais primário, relacionado à “extração de matérias-primas”, até o estágio de consumo ou uso do produto. No que tange à cadeia de AUP especificamente, convém destacar algumas particularidades que a diferem das cadeias de agricultura e alimentação de modo geral.

A primeira delas, e talvez a mais intuitiva, seja a aproximação do local de produção ao local de consumo. Sem a necessidade de percorrer grandes distâncias, as cadeias de agricultura urbana e periurbana facilitam a comercialização direta entre produtores e consumidores, reduzindo os intermediários e aumentando a possibilidade de maiores ganhos por parte de quem produz e preços mais acessíveis para quem consome.

Ainda no elo da produção, convém também destacar a característica de quem se envolve nas iniciativas de AUP. Diferentemente das cadeias de valor tradicionais de produção de alimentos, em que a figura típica do agricultor convencional, ou dos agricultores familiares, ou, ainda, de trabalhadores rurais contratados são os agentes responsáveis pela prática produtiva, na agricultura urbana e periurbana novos atores podem ocupar esse papel. Citam-se como exemplo grupos e coletivos ativistas, jovens alunos inseridos em iniciativas pedagógicas, além de “novos entrantes”, ou seja, cidadãos sem conhecimentos prévios de como produzir alimentos, mas que se sentem mobilizados a se engajar em projetos e ações em seus municípios.

Outra importante característica das cadeias de valor de agricultura urbana e periurbana, e que se encontra destacada na Figura 4, consiste no potencial de promover a circularidade de recursos. Sistemas de compostagem de resíduos orgânicos, iniciativas de reúso de água, além da geração de energia pela queima de biomassa, são frequentemente mencionados em estudos e identificados em diferentes experiências de AUP como um serviço



Figura 4: Cadeia de valor da agricultura urbana e periurbana.

de incorporação dos resíduos orgânicos da cidade, transformando material que seria descartado em insumos para o processo produtivo. Ao invés de a disposição dos resíduos representar um custo e por vezes um passivo ambiental, por meio desse redirecionamento para a agricultura, torna-se importante fonte de nutrientes, diminuindo assim a dependência de fertilizantes químicos.

Essas e outras características nortearam a elaboração da Figura 4, apresentada acima, que simboliza elementos particulares da cadeia de valor da agricultura urbana e periurbana. Diferentemente do fluxo linear da produção ao consumo que se adota tradicionalmente, o que se pretende demonstrar são essas novas relações que se tornam possíveis a partir do encurtamento das distâncias e, eventualmente, da sobreposição de etapas.

São componentes ilustrados na figura os diferentes territórios que podem ser espaços produtivos de agricultura urbana e periurbana; as inserções em termos de distribuição e comercialização, que muitas vezes estão sobrepostas ao próprio espaço produtivo no caso da finalidade de autoconsumo; e a integração com a gestão de resíduos, com especial destaque aos sistemas de compostagem urbana.



Quadro de avaliação TEEB Agricultura & Alimentos: tornando visíveis os valores da natureza e da agricultura

TODA PRÁTICA DE 'CUIDADO' PARTE DO PRINCÍPIO DE QUE ALGO TEM 'VALOR'. Essa é uma premissa na qual se fundamenta um vasto campo de estudos dedicados a tornar visíveis os valores da natureza para as pessoas, na expectativa de reduzir os impactos da ação humana sobre os ecossistemas

e a biodiversidade. Nesta linha, o objetivo do quadro de avaliação do TEEB Agricultura & Alimentos é tornar visíveis todos os custos e benefícios “economicamente invisíveis” dos sistemas eco-agro-alimentares.

Nesse contexto, o uso do ferramental do TEEB Agricultura & Alimentos contribui para dar visibilidade e conscientizar os múltiplos atores envolvidos sobre os benefícios da AUP. Além disso, ela reforça que a resposta aos vários desafios

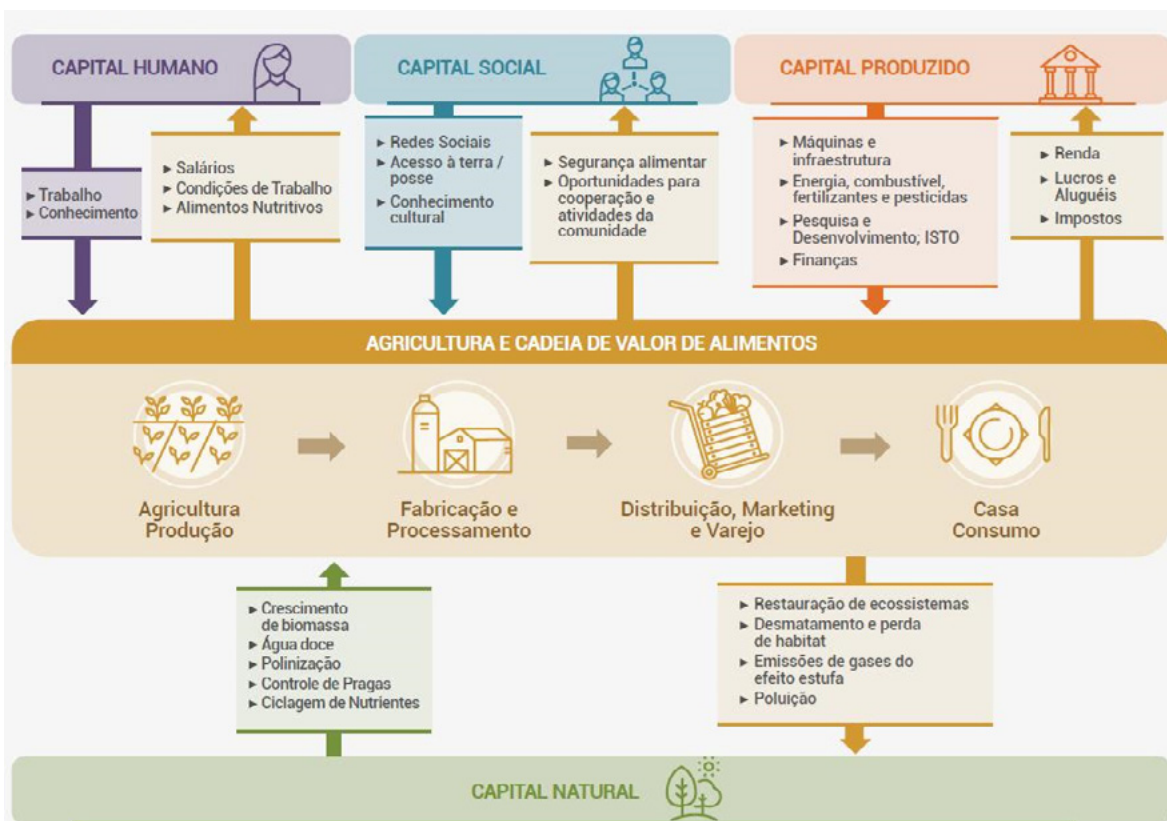



Figura 5 Quadro TEEB Agricultura & Alimentos - Capitais e fluxos implicados nos sistemas eco-agroalimentares (TEEB, 2018).1

1 Pesquisas anteriores fornecem um exemplo simplificado da aplicação do diagrama ao caso da AUP: “O framework TEEBAgrFood parte da premissa de que a agricultura depende do capital natural (solo, água) para se viabilizar e gerar fluxos (alimentos) que beneficiam de diferentes maneiras os atores envolvidos no processo. No entanto, a depender de seu manejo, podem ser geradas depleções no capital natural (perda da fertilidade, menor disponibilidade de água), com consequências nos serviços ecossistêmicos, resultando em impactos ao bem-estar humano. A produção agrícola em torno das metrópoles, por exemplo, é fundamental para gerar fluxos de alimentos frescos para abastecê-la. No entanto, o uso indiscriminado de agroquímicos pode impactar a qualidade da água dos mananciais dos quais dependem seus habitantes. Esses fluxos de produção de alimentos e de água, os quais compreendem os serviços ecossistêmicos de provisão de alimentos e de produção de água, estão imersos em complexas relações e diferentes interesses, sendo necessárias análises a fim de compatibilizar as demandas no território” (ESCOLHAS, 2021 p 25).



colocados ao futuro das cidades precisa reconhecer os valores da natureza, o que passa por mapear as externalidades – positivas e negativas – das políticas públicas e das ações no âmbito da gestão municipal.

Desse modo, a Figura 6 apresenta os potenciais benefícios da AUP para as cidades e seus habitantes, agrupados a partir das quatro dimensões propostas pelo TEEB Agricultura & Alimentos. São elas:

A dimensão humana, que agrupa benefícios incorporados em indivíduos, tais como a saúde, o conhecimento, as habilidades e as competências para a criação de bem-estar pessoal, social e econômico.

A dimensão social, que incorpora benefícios que facilitam a cooperação dentro ou entre grupos, incluindo instituições, juntamente com normas, redes, valores e entendimentos compartilhados.

A dimensão econômica, que contempla benefícios relacionados à redução das desigualdades nas cidades; aos recursos físicos, intelectuais, financeiros e manufaturados; bem como às novas dinâmicas socioeconômicas estabelecidas e aos novos arranjos produtivos desenvolvidos, pelo compartilhamento dos meios de produção e inovações na forma de repartição dos benefícios gerados.

A dimensão ambiental, que destaca os benefícios associados à capacidade dos ecossistemas de fornecer serviços para o bem-estar humano.

A Figura 6 também contempla setas que simbolizam as conexões e interdependências entre as diferentes dimensões e a cadeia de valor da agricultura urbana e periurbana. Entende-se nesse ponto que a dimensão ambiental configura a base da qual a agricultura depende, e a partir da qual todas as outras dimensões se desenvolvem. A sustentabilidade da agricultura urbana e periurbana só é possível, desse modo, se estiverem minimamente assegurados – em termos quantitativos e qualitativos – recursos naturais como solo, água, ar e biodiversidade.

Outra mensagem que se pode extrair em relação às conexões aqui colocadas refere-se à interdependência entre elementos humanos, sociais e econômicos. Se as habilidades sociais, os hábitos e valores pessoais, as culturas e tradições e as distintas experiências dos atores envolvidos

em uma iniciativa de AUP não forem devidamente considerados e articulados, essa ausência pode claramente reduzir a possibilidade de se atingir benefícios relacionados à geração de renda e outros benefícios no campo da economia local.

É importante destacar que a sinergia entre tais benefícios não se manifesta automaticamente. Ela depende, em primeira instância, da conscientização da gestão municipal sobre a importância de uma agenda de produção de alimentos calcada no uso sustentável de recursos naturais e na conservação da natureza. Essa sustentabilidade não se resume a uma eficiência no uso de tais recursos; depende de profunda reorientação dos sistemas produtivos a partir do reconhecimento dos processos ecológicos e sociais em que estão inseridos. Isso implica em olhar não só para o lugar onde a agricultura é praticada, mas também para as relações com seu arredor.

Desse modo, apresenta-se a seguir uma breve descrição dos potenciais benefícios que a AUP representa para os municípios³.

³ Essa construção foi pautada especialmente por um trabalho de pesquisa na literatura, buscando acessar o acúmulo de conhecimento já produzido, nacional e internacionalmente, e de discussões com especialistas integrantes do Comitê Técnico e Diretivo. É importante ressaltar que a lista dos benefícios apresentados a seguir não é exaustiva, e, dependendo dos contextos em que se aplica, pode incorporar outros aspectos relevantes que aqui não foram mencionados. O que se buscou foi apresentar um conjunto de elementos que auxiliem agentes públicos a desenhar programas e ações que atuem a partir de uma visão sistêmica, articulando múltiplos esforços, importantes não só para potencializar os benefícios, como também para reduzir incongruências e eventualmente resultados indesejados.

Dimensões de Benefícios

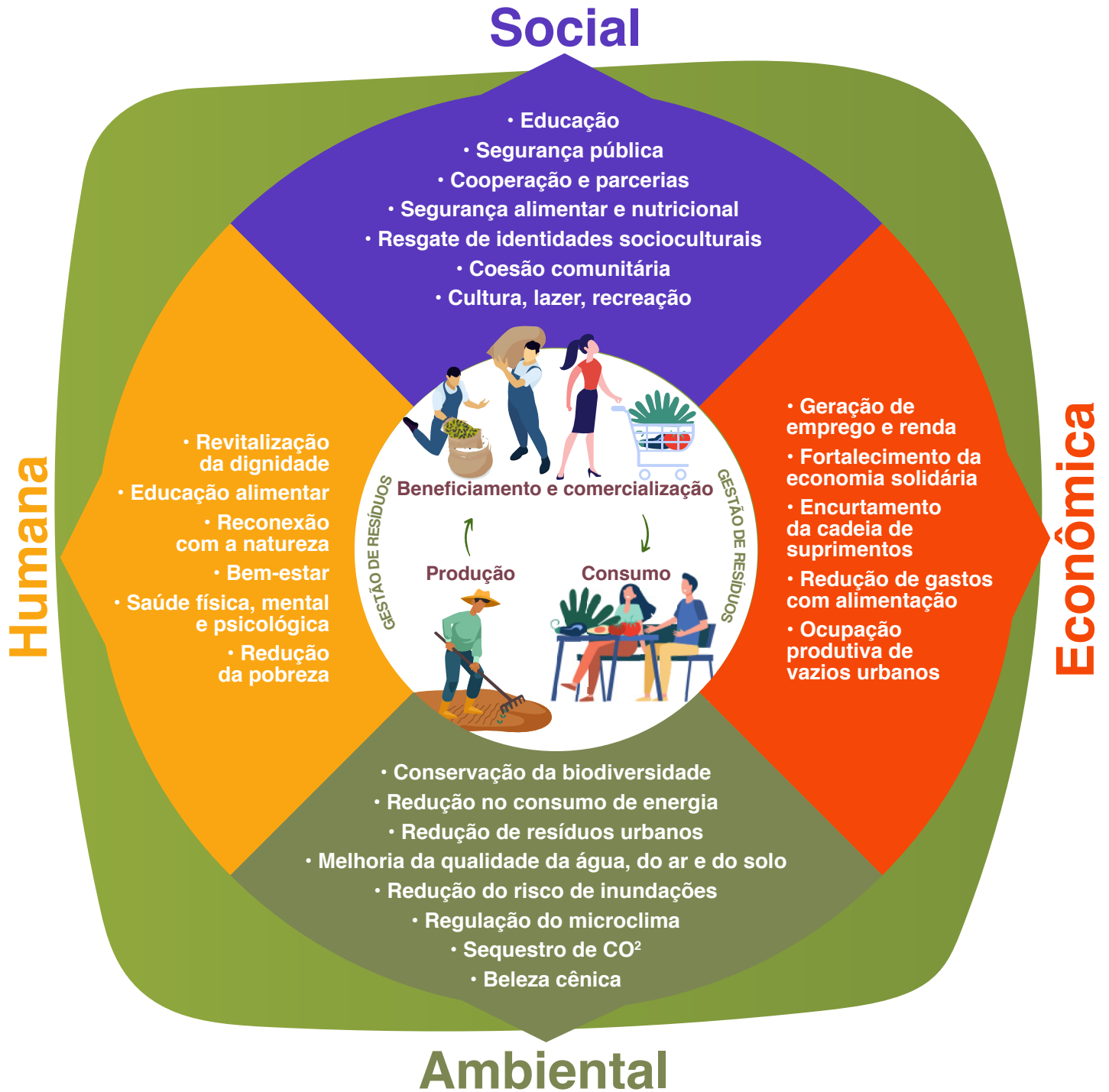


Figura 6: Benefícios da agricultura urbana e periurbana em quatro dimensões: humana, social, econômica e ambiental.

Dimensão humana

Na dimensão humana, um primeiro benefício comumente associado às iniciativas de AUP consiste na redução da pobreza, por criar alternativas de geração de trabalho e renda para cidadãos e famílias em condições de vulnerabilidade social.

Adicionalmente, encontra-se um amplo campo de estudos que vinculam as diferentes práticas da agricultura urbana ao campo da promoção da saúde pública. Em termos de saúde física, destacam-se os aspectos de consumo de alimentos saudáveis e a prática de exercícios físicos associada à operação das atividades. Em termos de saúde psicológica e mental, referências são identificadas no combate à ansiedade e depressão, em função do contato com a natureza e da socialização proporcionada com a comunidade local e de praticantes.

Além desses benefícios, são também elencados na dimensão humana a revitalização da dignidade, utilizando hortas institucionais como espaços de reinserção social; a educação alimentar e nutricional, a partir de conexões com iniciativas de caráter pedagógico; a reconexão com a natureza; e a sensação de bem-estar⁴.

Dimensão social

Na dimensão social, são especialmente mencionadas nas pesquisas as oportunidades de inserção da agricultura urbana e periurbana na temática de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, na qual a AUP vem se consolidando como uma estratégia para promover o acesso das famílias a alimentos nutritivos e saudáveis a partir do cultivo para o autoconsumo e da comercialização em circuitos curtos de abastecimento.

Além disso, é essencial destacar o aspecto da educação que deriva do relacionamento entre as comunidades humanas e a natureza nos espaços urbanos. Nesse processo, o caráter pedagógico da agricultura urbana e periurbana contribui, por exemplo, para a superação da divisão campo-cidade centrada na visão do campo como o “celeiro” ou o espaço produtor de alimentos, abastecendo as

cidades, e estas como a mera ponta do consumo. Novas compreensões sobre as dinâmicas das áreas rurais e urbanas dos municípios oportunizam gerar também novos relacionamentos entre esses espaços e suas possibilidades de desenvolvimento.

Além disso, aspectos de coesão comunitária podem ser valorizados com ações de agricultura urbana e periurbana, ampliando a identidade e a solidariedade na comunidade, especialmente nos casos em que a estrutura de gestão dos espaços de cultivo está vinculada a grupos, associações ou coletivos de moradores.

Também presente na dimensão social estão os aspectos de cultura, lazer e recreação, considerando que as áreas verdes e a céu aberto são muitas vezes um convite para o encontro e a socialização, oportunizando às pessoas relacionarem-se com seus territórios e com os diversos espaços da cidade.

Em termos de segurança pública, a criação de iniciativas de AUP reduz o número de áreas ociosas e terrenos baldios nas cidades, contribuindo para aumentar a circulação de pessoas e para melhorar a infraestrutura local – por exemplo, a iluminação pública.

Destaca-se, ainda, a oportunidade que iniciativas de AUP simbolizam para os aspectos de cooperação e parcerias. A título de exemplo, menciona-se a aproximação entre a gestão municipal, empresas de pesquisa e universidades no estabelecimento de ações que possam integrar, no espaço urbano, pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), com o

4 CURAN e MARQUES, 2021. NEWELL, et al., 2022.





mais amplo aproveitamento do território urbano e o estabelecimento de parcerias para a conservação dos recursos genéticos e da agrobiodiversidade. Esses aspectos poderiam, ainda, apoiar a elaboração de estudos para o aprimoramento de programas de AUP e recomendações para a assistência técnica.

Por fim, menciona-se também um campo de benefícios relacionados ao resgate de identidades socioculturais. Entendendo que nas cidades se manifestam dinâmicos processos migratórios, o cultivo de alimentos e a prática de cuidados com a terra proporcionam aos povos tradicionais e imigrantes uma garantia da expressão de seus modos de vida⁵.

Dimensão econômica

Na dimensão econômica, destaca-se, em muitos estudos e experiências, a capacidade de promover a geração de renda com as oportunidades de trabalho criadas. Nesse sentido, diferentes municípios, não só no Brasil, como também em outras localidades do mundo, acumulam aprendizados significativos em relação ao uso da AUP como estratégia para enfrentamento de crises econômicas e de redução do desemprego. Nesses casos, as trajetórias são marcadas pelo envolvimento de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pela destinação de terrenos públicos e privados para o

cultivo de alimentos, impactando tanto o consumo das famílias quanto as inserções no mercado local.

Além da geração de trabalho e renda, a organização produtiva da agricultura urbana impacta no desenvolvimento de novas lógicas econômicas, regidas por princípios da cooperação, da solidariedade, das relações de proximidade, do comércio justo e de outras práticas que têm sido identificadas no Brasil sob a perspectiva da economia solidária.

Trata-se do desenvolvimento de uma nova cultura que promove práticas ligadas ao associativismo, ao cooperativismo e à construção de metodologias voltadas para a ampliação da capacidade de autogestão das atividades socioeconômicas e do próprio território, com a construção de arranjos estratégicos que envolvam organizações de agricultores, organizações sociais, iniciativa privada e poder público.

Este último aspecto se conecta a outro benefício aqui destacado: o encurtamento da cadeia de suprimentos. A partir do fomento de circuitos curtos de abastecimento, desde a criação e incentivo às feiras até a mobilização de processos para inserção dos agricultores como beneficiários dos programas de compras públicas, a redução dos agentes intermediários passa a aproximar as etapas de produção e consumo.

Adicionalmente, a realidade de muitos municípios tem mostrado que a AUP contribui para a melhor ocupação dos espaços urbanos. De um lado, porque as iniciativas podem promover a ocupação produtiva de vazios urbanos. Em áreas abandonadas ou subutilizadas, por exemplo, a AUP pode contribuir no campo da zeladoria municipal, reduzindo áreas onde impera o acúmulo de resíduos sólidos, a sensação de insegurança e os focos de contaminação e transmissão de doenças. De outro lado, porque a AUP também pode frear a ocupação desordenada do espaço urbano. Citam-se como exemplo regiões em que residências se congestionam em áreas de possível risco de deslizamento ou inundação.

Por fim, é importante lembrar que não é só pela atividade de comercialização que a AUP gera resultados econômicos, uma vez que a prática de produção para autoconsumo e as trocas solidárias de produtos entre agricultores e coletivos de produção proporcionam a redução dos gastos com alimentação no município.

5 OLIVEIRA, ALVES e DALA PAULA, 2022.



Adicionalmente, ao se integrarem iniciativas de AUP a sistemas municipais de compostagem de resíduos orgânicos, cria-se um campo de atuação para a redução dos resíduos urbanos e para a mitigação das mudanças climáticas. Dessa forma, o que antes seria considerado uma fonte de emissão de gases do efeito estufa em lixões e aterros sanitários mal geridos passa a ser compostado e se transforma em adubo para as áreas de agricultura urbana e periurbana⁶.

Por fim, também são incorporados nessa dimensão os potenciais benefícios associados à melhoria da qualidade da água e do solo; à conservação da biodiversidade, pela multiplicação de espaços como habitat natural para diversas espécies⁷, incluindo polinizadores e animais silvestres; e, à beleza cênica natural.

Os múltiplos benefícios articulados em uma visão sistêmica

Como visto neste capítulo, para que se possa dar visibilidade aos múltiplos benefícios que a AUP representa para as cidades e seus habitantes, é importante estabelecer uma visão integradora entre as diferentes iniciativas de AUP. Assim, torna-se possível atingir um mosaico no qual os diferentes benefícios se complementam e se tornam mais robustos em termos de resultados.

Adicionalmente, a perspectiva aqui discutida ajuda agentes públicos a superar tendências de fomento a ações isoladas de AUP, avançando na construção de um plano de desenvolvimento de territórios sustentáveis ou de cidade sustentável.

Dimensão ambiental

Além de um enorme potencial de contribuição para benefícios sociais, humanos e econômicos, a agricultura urbana e periurbana pode gerar benefícios ambientais tanto para “dentro” quanto para “fora da porteira”, beneficiando a sociedade como um todo.

Do ponto de vista da resiliência das cidades, identifica-se o potencial de promover redução do risco de inundações por aumentar a permeabilização do solo. Além disso, a ampliação de diferentes formas de vegetação, como hortas, jardins, sistemas agroflorestais e pomares, representa para as cidades uma estratégia de regulação no microclima e de redução no consumo de energia, especialmente associado ao conforto térmico proporcionado pelas iniciativas de AUP em edifícios e coberturas residenciais.

Além disso, a AUP promove o sequestro de CO₂ pelo aumento de áreas verdes e contribui para a redução das emissões de gases do efeito estufa, considerando o menor deslocamento dos alimentos entre os espaços de produção e de consumo, e para a melhoria da qualidade do ar, seja porque aumenta a umidade, seja porque promove mais espaços de sombreamento.

6 Sobre esse aspecto, é importante lembrar que o Brasil instituiu, desde 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei nº 12.305, que regula a gestão de resíduos no país e orienta políticas para sua redução, reutilização, reciclagem e tratamento, estimulando a mobilização de diferentes setores da sociedade em torno de programas e ações estratégicas nos quais a agricultura urbana e periurbana pode se inserir.

7 LIN, PHILPOTT e JHA, 2015.

Para tanto, um desafio se coloca em termos dos processos de monitoramento e avaliação, devem ser igualmente pensados de maneira articulada.

Nesse sentido, capturar os benefícios da AUP em múltiplas dimensões envolve diferentes etapas, com destaque para:

- A escolha do(s) indicador(es) que comporá(ão) as quatro dimensões (humana, social, econômica e ambiental), considerando que tempo e recursos irão limitar a capacidade de englobar um número muito grande de indicadores.
- A identificação da metodologia de avaliação de cada indicador, que seja adequada à realidade dos agentes públicos em termos de conhecimentos, recursos e instrumentos de medição; e,
- A definição de formas de comunicar os resultados, identificando a linguagem e os canais mais eficientes de acordo com o(s) público-alvo(s).

Ao longo dessas três etapas, é de fundamental importância que as escolhas sejam fruto de um processo participativo que inclua os diferentes atores da cadeia de valor e do território. Isso porque o resultado de certo indicador pode ser positivo para um ator, mas negativo para outro, e ainda diferir do que vale para sociedade. Desse modo, o processo participativo auxilia no mapeamento desses valores contrastantes e fortalece que as ações desenvolvidas sejam inclusivas.

De igual importância é considerar nessa avaliação a conjugação de indicadores quantitativos, qualitativos, monetários, de modo que os diversos valores relacionados à AUP em questão sejam considerados.

Os indicadores mais comumente utilizados em programas municipais de AUP são o volume de produção ou o número de famílias abastecidas. Adicionalmente, existem outros aspectos que podem ser avaliados a partir de dados secundários, com coleta em campo e, até mesmo, complexas modelagens. Sendo assim, a escolha desses indicadores deve levar em consideração o grau de conhecimento envolvido, complexidade dos dispositivos, legitimidade e credibilidade dos métodos empregados e tempo e recursos disponíveis. É igualmente válida a colaboração com outras instituições de pesquisa da região para ajudar na coleta dos dados, na seleção e avaliação de indicadores.

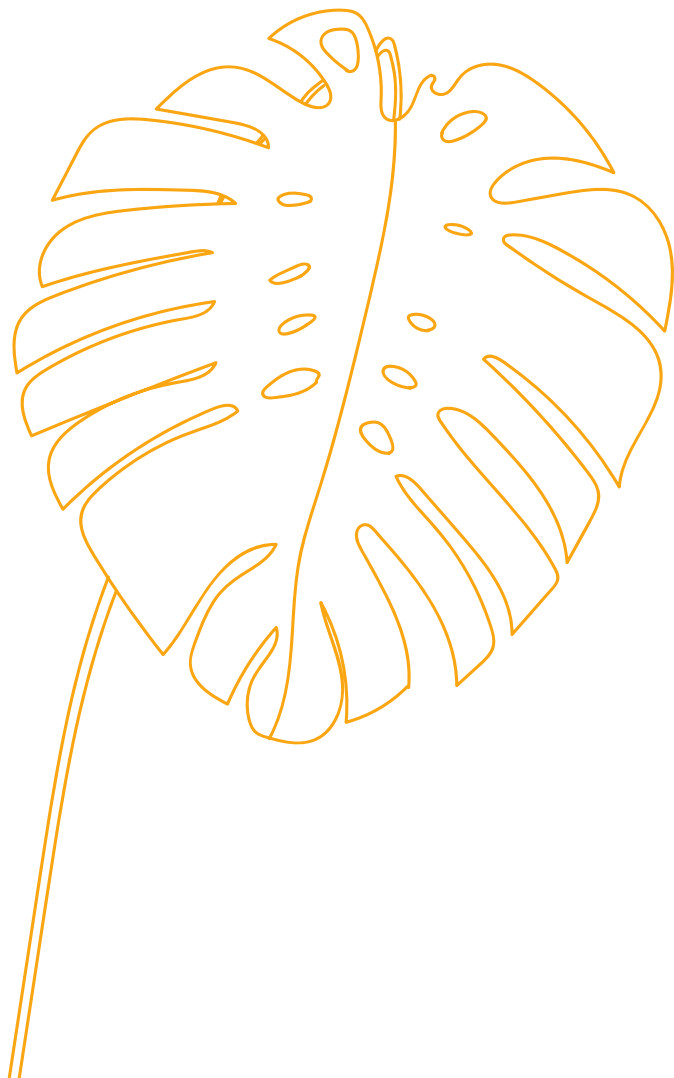





Capítulo 2

Elementos para caracterizar os diferentes tipos de agricultura

Depois de conhecer o potencial da agricultura urbana e periurbana para promover múltiplos benefícios às cidades e às pessoas, o presente capítulo irá discutir como estes se relacionam com os tipos de agricultura de um território. Nas páginas a seguir, será apresentado um quadro analítico com dez variáveis que podem apoiar a caracterização das experiências de AUP, considerando diferentes especificidades, demandas e benefícios a elas associados. A intenção é que esse quadro contribua na organização e no entendimento da agenda por parte de agentes públicos, gerando bases para o planejamento e para o fortalecimento da AUP sustentável nas cidades. A discussão aqui colocada é fruto da junção entre conhecimento prático, a partir de conversas e entrevistas com atores envolvidos nessa agenda, e pesquisa sobre as tipologias de agricultura urbana e periurbana.





Hortas comunitárias ou pedagógicas, unidades produtivas familiares, fazendas periurbanas altamente produtivas e engajadas no mercado, canteiros de ervas em praças públicas, telhados verdes, estufas agrícolas urbanas, fazendas verticais. Essas são algumas das terminologias com que agentes públicos podem deparar ao interagir com o universo das iniciativas de agricultura urbana e periurbana. Todas elas carregam significados específicos e representam diferentes visões dos atores envolvidos sobre o papel que a agricultura pode ocupar na sociedade.

Assim como é importante perceber e compreender as múltiplas funções que a agricultura urbana e periurbana assume nas cidades, é fundamental também reconhecer os diferentes elementos que caracterizam sua presença nos municípios. Se por um lado essa diversidade pode vir a compor um amplo tecido social capaz de desenvolver processos articulados que impactem formas diferentes na promoção da qualidade de vida nas cidades, por outro, tal diversidade configura um verdadeiro desafio para os formuladores de políticas, podendo dificultar sua incorporação no planejamento urbano ou no desenvolvimento de incentivos. Afinal, será que todos os exemplos de AUP supracitados devem ser incorporados e estimulados pela gestão pública, ou deve-se partir de uma priorização estratégica de tipo(s) específico(s)?

O contato com municípios brasileiros que já apresentam alguma estrutura de apoio e institucionalização nessa agenda mostra que o reconhecimento das diferentes categorias de práticas de agricultura urbana possibilita a compreensão das várias formas com que a produção de alimentos produção de alimentos se insere nas cidades. O reconhecimento da diversidade de categorias de AUP

também ajuda a construir uma visão mais ampla sobre como essas práticas podem se articular na construção de sistemas agroalimentares municipais sustentáveis. Mas, estudos¹ alertam sobre os desafios de construção dessas categorias e os riscos de serem tratadas indevidamente como estancos. O que os autores ressaltam é que tamanha diversidade está associada ao enorme potencial da agricultura urbana de responder a demandas das cidades, com destaque para a proteção ambiental, a segurança alimentar e nutricional e a promoção do desenvolvimento econômico².

A centralidade neste capítulo será a de propor um quadro analítico para a caracterização de experiências de AUP a fim de que cada município crie suas próprias tipologias e nomenclaturas.


Nesse processo, é importante considerar que a AUP pode atender a diferentes finalidades e que, a partir delas, é necessário um aprofundamento em suas características, objetivos e funções. Em alguns casos, a demanda pode surgir da própria sociedade civil se, por exemplo, um grupo de moradores abrir uma solicitação para o uso de um terreno público buscando implementar uma horta comunitária. Em outro contexto, a própria prefeitura poderia identificar na AUP uma solução para questões de zeladoria dos espaços urbanos, garantindo o uso adequado de terrenos baldios e substituindo gastos com acúmulo de entulhos e focos de transmissão de doenças por investimentos para a produção de alimentos. Outro exemplo pode ser uma motivação essencialmente ambiental, buscando proteger da expansão urbana áreas com mananciais de água e com rica biodiversidade.

O que se entende, nesse contexto, é que tais razões seriam apenas “portas de entrada”. No quadro analítico proposto, a intenção é que agentes públicos possam aprofundar a descrição dessas tipologias de AUP, criando as bases para planejar e conduzir a implementação de ações e políticas públicas.

Em termos metodológicos, o quadro analítico apresentado na Figura 6 combina variáveis inspiradas nos referenciais de estudos realizados e em ferramentas compartilhados por diferentes gestores consultados na elaboração deste guia:

1 ESCOLHAS, 2021; PORTO, 2017

2 MCCLINTOC, 2014; CURAN e MORUZZI, 2021.




LOCALIZAÇÃO, considerando que as iniciativas podem estar dentro do perímetro urbano ou nas regiões periurbanas, que são áreas de transição entre espaços rurais e urbanos. Provavelmente, essa característica trará reflexos sobre o porte da iniciativa, a finalidade da produção e seu grau de engajamento com o mercado.

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA, referindo-se à titulação ou ao regime jurídico do espaço onde se desenvolve a iniciativa de AUP. Nesse quesito, é de especial importância considerar como será formalizada a concessão das áreas para os participantes, a fim de promover o acesso de agricultores urbanos e periurbanos às políticas públicas de crédito e de compras públicas.

MOTIVAÇÃO, para identificar se a iniciativa foi inicialmente proposta pelos agentes públicos ou se emergiu a partir de um grupo social específico, buscando aqui elencar eventuais demandas em termos de fomento à organização social e ao engajamento dos participantes no decorrer da iniciativa.

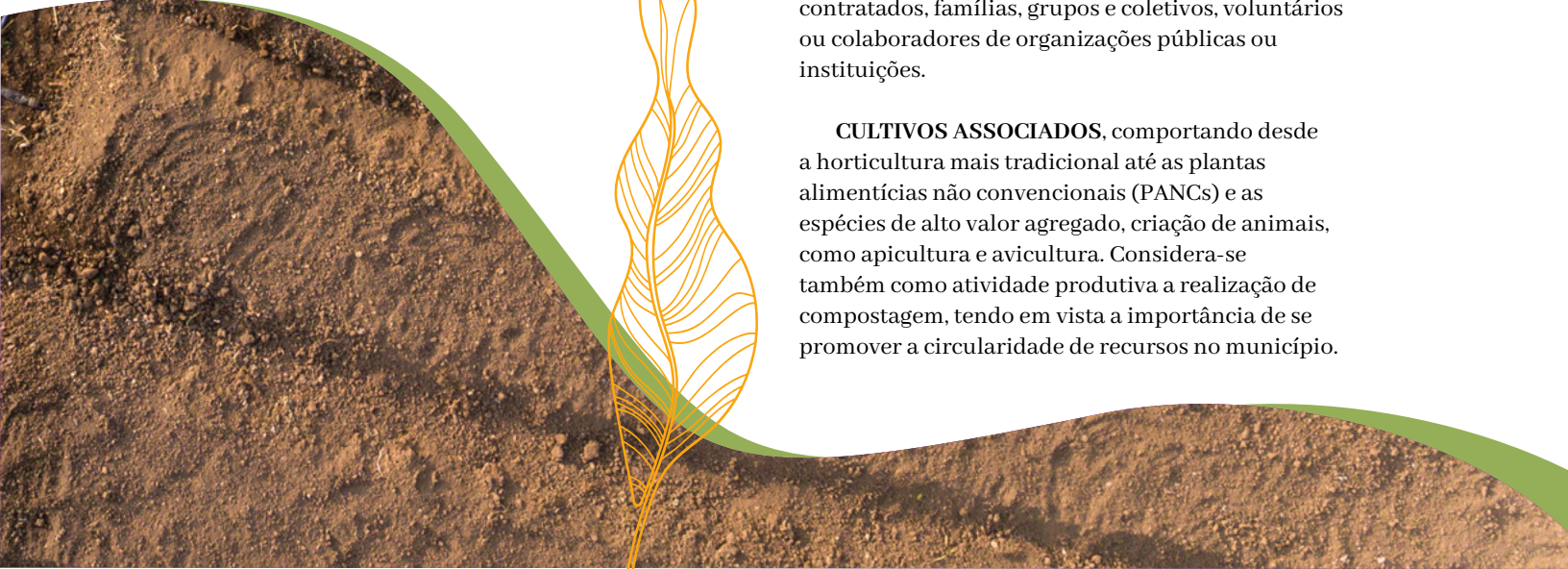
PORTE, categoria que contempla desde jardins ou canteiros até médias e grandes propriedades. Essa sistematização permite aos agentes públicos planejar e dimensionar as estruturas e os recursos necessários para fortalecer as diferentes iniciativas. São exemplos as equipes de assistência técnica e a demanda por água, maquinários, equipamentos de irrigação, entre outros.



ESTRUTURA DE GESTÃO, que se refere à forma de socialização entre os participantes envolvidos – individual ou coletiva. Essa categoria comporta especialmente os aspectos de formalização dos grupos, a necessidade de atuação pública para promover engajamento e organização social e as demandas em termos de estruturação de mercados para grupos com maior enfoque comercial.

RECURSOS FINANCEIROS, considerando aqui quais são as fontes de recursos para a construção e o fortalecimento das iniciativas de AUP, especialmente em termos de infraestruturas, materiais, apoio técnico e ações para promover o engajamento da população à agenda.

FORÇA DE TRABALHO, considerando a característica de quem serão os participantes das iniciativas que executarão a atividade de produção em si. São incorporados os trabalhadores contratados, famílias, grupos e coletivos, voluntários ou colaboradores de organizações públicas ou instituições.



CULTIVOS ASSOCIADOS, comportando desde a horticultura mais tradicional até as plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e as espécies de alto valor agregado, criação de animais, como apicultura e avicultura. Considera-se também como atividade produtiva a realização de compostagem, tendo em vista a importância de se promover a circularidade de recursos no município.



MANEJO, que influencia o potencial dos sistemas de cultivo em fornecer ganhos ambientais ou serviços ecossistêmicos. Nesse sentido, pode mapear a partir dessa categoria, as necessidades das iniciativas de AUP em termos de pesquisa e assistência técnica, insumos, certificações e outros atributos que possam promover sistemas de cultivo de base ecológica, como orgânicos ou agroecológicos.

FINALIDADE. Tendo em vista a multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana, considera-se importante identificar as finalidades simultaneamente associadas às diferentes iniciativas. São propostas desde funções pedagógicas e de ativismo até o propósito comercial e de estímulo ao lazer e ao turismo.

As variáveis apresentadas acima têm relação com a diversidade do território brasileiro em termos populacionais, socioculturais, ambientais e econômicos. Portanto, a criação de agendas públicas precisa partir do reconhecimento de que os diferentes tipos de AUP são produtos de um mundo social ativo, no qual a gestão pública pode se inserir e exercer papel estratégico, ao estimular a produção de inovações. Nesse sentido, uma mesma tipologia (ou uma mesma “nomenclatura”) pode ser mobilizada em determinado município e apresentar características muito diferentes de outras localidades em termos, por exemplo, de sua organização social, dos cultivos praticados e da integração com o mercado.

É importante perceber que a apresentação das variáveis acima tem como intenção sinalizar a heterogeneidade das iniciativas da agricultura urbana nas agendas municipais. Nesse sentido, não se espera necessariamente que haja um preenchimento único ou que esses aspectos possam traduzir a totalidade do rico universo da AUP. Assim, o quadro-analítico não pode ser tomado como um “cardápio” sobre o qual os agentes públicos escolhem uma ou outra tipologia isoladamente.

Espera-se, portanto, construir um ferramental que apoiará a gestão pública na identificação e no ordenamento das diferentes iniciativas de AUP aplicadas em seu contexto específico. A estrutura proposta tem, portanto, a intenção de ser o passo inicial para que agentes municipais possam mapear demandas e assim desenvolver suas políticas e

serviços para a institucionalização e multiplicação da agricultura urbana e periurbana nas cidades.

Para o levantamento de informações e preenchimento do quadro, os agentes públicos podem se utilizar de métodos simplificados, que não são intensivos em tempo e recursos. Um deles é o acesso a bases de dados como o Censo Agropecuário³ e outras pesquisas incorporadas na plataforma do IBGE Cidades⁴, além de outros catálogos e sistemas de informações produzidos pela própria prefeitura.

Outro caminho importante para se percorrer durante a estruturação das tipologias consiste em uma imersão no território, seja por meio de visitas, reuniões e entrevistas, seja por meios virtuais, como formulários que podem circular remotamente. Tais ações devem ser ancoradas sobretudo na percepção de outros componentes da realidade local que não estão dados neste quadro, tais como desafios e oportunidades presentes nos territórios, além da incorporação de metodologias e mecanismos de participação social na tomada de decisões.

3 Censo Agropecuário 2017: censoagro2017.ibge.gov.br/

4 IBGE Cidades: cidades.ibge.gov.br/



COMO CARACTERIZAR UM TIPO DE AUP

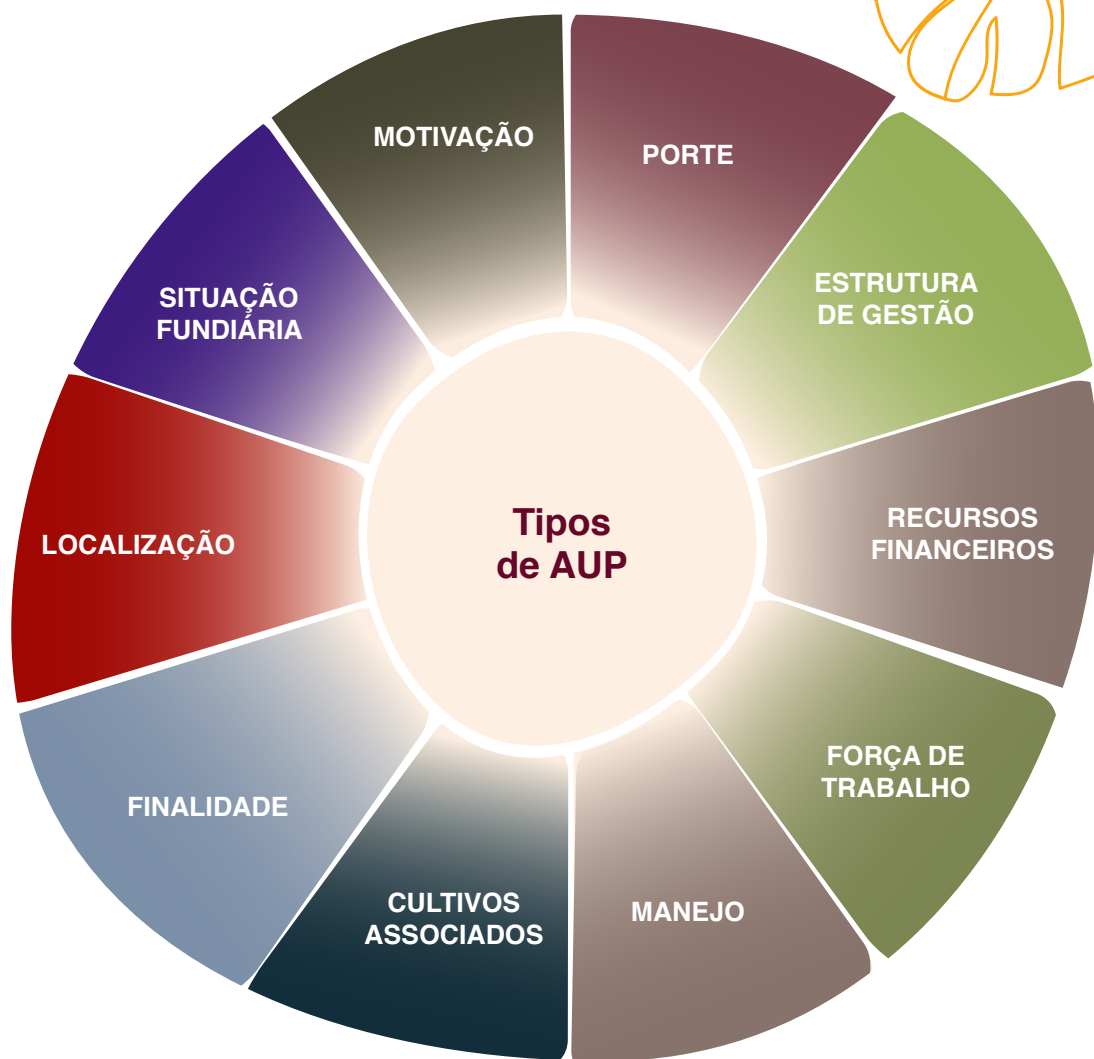


Figura 7: Cruzamento entre tipo de AUP e seus benefícios associados.

LOCALIZAÇÃO

- Periurbana - Nas franjas ou fora do tecido urbano
- Urbana
- Regiões centrais
- Regiões periféricas

SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

• Públicos

Áreas comuns (canteiros, parques e praças); Conjuntos habitacionais e habitações populares; Lotes públicos de diferentes entes federativos; Unidades de Conservação

Assentamentos da Reforma Agrária

• Institucionais

Escolas municipais e estaduais e federais; Universidades; Entidades socioassistenciais; Instituições de ciência e tecnologia

• Privados

Prédios / condomínios; Quintais e varandas; Faixas de servidão - concessionárias e permissionárias de serviço público; shoppings.

MOTIVAÇÃO

- Práticas espontâneas / populares
- Práticas propostas pela via institucional

PORTE

- Jardins ou canteiros
- Horta
- Estufas
- Lote urbano
- Minifúndio ou pequena propriedade
- Média e grande propriedade

ESTRUTURA DE GESTÃO

- Comunitária
- Individual
- Doméstica
- Associativismo
- Cooperativismo
- Institucional
- Pública
- ONG's

RECURSOS FINANCEIROS

- Orçamento municipal, estadual ou federal
- Editais de fundações e ONG's
- Emendas parlamentares
- Investimento social privado
- Doações

FORÇA DE TRABALHO

- Contratada
- Individual / Familiar
- Coletiva
- Pública
- Voluntária
- Institucional
- Estagiários / estudantes

MANEJO

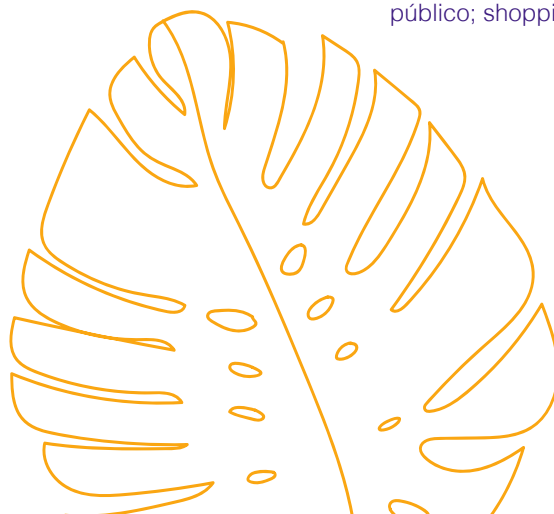
- Convencional
- Orgânico
- Em conversão
- Agroecológico

CULTIVOS ASSOCIADOS

- Horticultura
- Grãos e Leguminosas
- Plantas medicinais
- Temperos e condimentos
- PANC's
- Pecuária
- Floricultura
- Frutíferas
- Avicultura
- Apicultura / Meliponicultura
- Compostagem

FINALIDADE

- Autoconsumo
- Doações
- Comercial
- Pedagógico
- Terapêutico
- Cultura e Lazer
- Ativismo
- Conservação da biodiversidade





Tipologias de AUP e benefícios: como se relacionam?

Uma vez que as iniciativas de AUP foram caracterizadas, um exercício válido é identificar como os benefícios variam em função das diferentes tipologias. Uma horta escolar, por exemplo, é muito diferente de uma fazenda vertical. Embora o produto de ambas seja uma alface, eventualmente sem uso de defensivos agrícolas, o que se nota é que os impactos positivos e negativos variam em função de uma série de atributos, tais como o manejo adotado, a força de trabalho empregada, a finalidade da produção, entre outros fatores.

Se estes dois tipos mencionados são diferentes em alguns pontos, também podem ser similares em outros, caso ambos forneçam alimentos em condição de proximidade aos consumidores, evitando assim emissões de gases de efeito estufa. Nota-se, portanto, que a caracterização das iniciativas de AUP permite, como passo posterior, a identificação de seus benefícios nas diferentes dimensões apresentadas (humana, social, econômica e ambiental).

Desse modo, o exercício de cruzar as tipologias de AUP com seus benefícios resulta em uma análise comparativa que pode auxiliar os agentes públicos na compreensão de qual (is) tipo (s) de AUP pode (m) ser alvo (s) de políticas públicas, a depender daquilo que se quer fomentar. Em outras palavras, ao entender a AUP de uma forma mais ampla do que apenas a produção de alimentos, é possível incorporar a essa agenda o atendimento de demandas urbanas por bem-estar, saúde, gestão de resíduos, conservação ambiental e outros potenciais ganhos aqui mencionados, bem como justificar perante a gestão municipal e a sociedade civil o estímulo de um tipo de AUP ou de um mosaico de tipos.





Capítulo 3

Instrumentos para fortalecer a agenda de agricultura urbana e periurbana

Uma vez que foram sistematizadas e caracterizadas as tipologias de agricultura urbana e periurbana no município, torna-se possível o desenvolvimento de programas, incentivos, instrumentos e políticas que permitam a concretização de benefícios sociais, humanos, econômicos e ambientais. A partir do entendimento de como se constroem e desenvolvem diferentes trajetórias de AUP nas cidades, este capítulo propõe um conjunto de instrumentos para o escalonamento da agenda de forma integrada e sistêmica em duas direções: o chamado “escalonamento vertical”, relacionado à institucionalização da AUP e à criação de marcos legais e regulatórios que garantam sua continuidade; e o “escalonamento horizontal”, que se refere a incentivos e ações para a multiplicação das iniciativas.

Agricultura urbana e periurbana pode surgir e se desenvolver nas cidades a partir de diferentes trajetórias. Em alguns casos, são redes, ONGs, coletivos de moradores ou movimentos sociais que assumem o protagonismo, buscando lidar com lacunas e vazios institucionais. Nessas circunstâncias, demandas são apresentadas aos agentes públicos e criam um campo para a construção de marcos regulatórios capazes de viabilizar a realização da AUP no município. Em outros casos, a pauta pode surgir pelo pioneirismo da gestão municipal, motivada pelos mais diversos fatores. São exemplos a atuação para o enfrentamento de crises econômicas, a busca da segurança alimentar e nutricional e os arranjos em prol da saúde física, mental ou psicológica.

O que há em comum entre essas diferentes experiências é a dependência de múltiplos engajamentos, sejam eles relacionados à política pública em si em suas diferentes etapas, da formulação ao monitoramento, sejam eles referentes à destinação de serviços públicos para atender às demandas das iniciativas de AUP, como acesso à terra e à água, ações de assistência técnica, entre outras.

Como visto anteriormente, cada iniciativa de AUP representa em maior ou menor grau benefícios de diferentes dimensões, sejam elas humana, social, econômica ou ambiental, a depender de suas características e das interações com o território. Sendo assim, este Guia propõe que as cidades mobilizem um mosaico de iniciativas para que se possa potencializar o alcance de múltiplos benefícios.



Figura 7: Quadro de instrumentos para a criação de agendas municipais de AUP (escalonamento vertical e horizontal)

Neste capítulo, será apresentado um quadro de instrumentos que pode apoiar agentes públicos tanto na construção de agendas de agricultura urbana e periurbana quanto no fortalecimento das iniciativas.

A premissa aqui adotada é a de que esse esforço depende simultaneamente da interação entre dois aspectos: de institucionalização (escalonamento “vertical”) e de incentivos para a multiplicação de iniciativas (escalonamento “horizontal”). Embora na prática essa divisão não aconteça necessariamente e as ações se deem de forma dinâmica e muitas vezes sobreposta, essa apresentação é didática para compreender quais os instrumentos à disposição de agentes públicos e de que forma estes podem planejar sua atuação.

A Figura 7 apresenta de maneira esquematizada o conjunto possibilidades. A ideia principal que sustenta as escolhas desses dois eixos consiste em comunicar aos agentes públicos a importância da complementaridade e interconectividade entre esforços que devem ser feitos nessas duas direções. Um pode contribuir para a ocorrência do outro, assim como pode algumas vezes inviabilizar seu desenvolvimento, e vice-versa. Em um rápido exemplo, à medida que aumenta o número de praticantes, no escalonamento “horizontal”, criam-se condições favoráveis a mudanças institucionais e novas formulações, possibilitando o escalonamento “vertical”. Da mesma forma, somente a institucionalização da agenda sem que haja iniciativas no território, ou o inverso, iniciativas sem institucionalização, são casos que tendem a restringir e limitar o desenvolvimento da agenda.

Dessa forma, serão apresentados a seguir mais detalhes de cada um desses eixos, bem como uma descrição dos instrumentos neles inseridos. Ainda que a discussão se dê de forma abrangente, destaca-se que a contribuição desejada se dá muito mais no campo de traçar “uma grande figura” a partir da qual seja possível aprofundar os conhecimentos por meio de publicações e outras leituras que trazem diretrizes específicas em cada assunto abordado.



ESCALONAMENTO VERTICAL

Institucionalização da agricultura urbana e periurbana

A criação de agendas de AUP depende, em primeiro lugar, do enfrentamento de vazios institucionais, que são casos nos quais não há marcos legais e regulatórios que autorizem e regulamentem o desenvolvimento de iniciativas de agricultura urbana e periurbana.

Nesse sentido, a proposição de instrumentos no eixo de institucionalização da AUP, ou ‘escalonamento para cima’, são aqueles que darão “qualidade” e durabilidade à agenda, ancorando-a em políticas públicas e permitindo sua evolução e seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Estão aqui contemplados:

- **O ESTADO LEGAL DA AUP**, voltado à elaboração de leis que permitam a construção de agendas municipais de agricultura urbana e periurbana;
- As etapas de **DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO**, buscando trabalhar a partir das diferentes iniciativas de AUP existentes, entendendo suas potencialidades, desafios e modelos de gestão e definindo quais serão os campos de atuação e quais instrumentos de políticas públicas podem ser mobilizados;
- o **ORÇAMENTO PÚBLICO**, relacionado aos instrumentos de planejamento e à alocação de orçamento do município;
- **A GOVERNANÇA, INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**, que se referem à criação de espaços de administração que reúnam diferentes áreas da gestão pública e de outros atores que interagem com a agenda de AUP;
- E o **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**, uma etapa que permite averiguar se os resultados atingidos em determinado período sustentam a continuidade e, possivelmente, a multiplicação das ações implementadas.



ESTADO LEGAL

Um grande desafio no desenvolvimento de ações públicas locais tem sido o risco de descontinuidade, em função das mudanças de gestão nos municípios. Por isso se discute a necessidade de institucionalizar a agricultura urbana, para torná-la um tema e uma ação permanentes dentro da gestão pública, na forma de política municipal prevista nos instrumentos legais de planejamento e gestão.

As ações para a institucionalização da agenda de AUP pressupõem, em primeiro lugar, que a atividade de agricultura seja considerada legal em ambientes urbanos. Nesse sentido, deve-se atuar para a criação de marcos regulatórios que prevejam e orientem a existência de diferentes tipologias de agricultura urbana e periurbana no município. O avanço no estatuto legal da AUP facilita outras ações da gestão municipal nessa agenda, como a alocação de áreas para a sua prática e a destinação de estruturas e de serviços de apoio ao desenvolvimento de unidades produtivas.

Esse papel regulador deve considerar aspectos da produção agrícola que podem trazer impactos negativos para a população, não descartando a interdição de determinadas práticas. A criação de animais, por exemplo, por conta da poluição sonora e transmissão de zoonoses, assim como a aplicação de defensivos agrícolas de alta toxicidade, geralmente são atividades e práticas proibidas dentro e nas proximidades das zonas urbanas, tendo em vista seus riscos para a saúde e o bem-estar humano.

Além da regulamentação da atividade produtiva em si, alguns municípios têm se dedicado também a aperfeiçoar marcos legais existentes que facilitem as atividades de comercialização, propiciando, por exemplo, a entrada da produção da agroecologia urbana nos editais de compras públicas municipais.


Exemplos de marcos legais podem ser encontrados em diferentes municípios brasileiros que já dispõem de leis e regulamentações de suas políticas e programas municipais de agricultura urbana e periurbana. Nesses casos, um destaque importante pode ser feito em relação à interação entre as ações regulatórias de AUP e ações de segurança alimentar e nutricional, de habitação, de assistência social, de saúde, de educação, de geração de emprego e renda, de proteção ambiental. Dessa forma, cria-se um campo de atuação propício para o diálogo entre os diversos setores governamentais e da sociedade civil.

DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO

Em termos de capacidades institucionais para promover agendas de agricultura urbana e periurbana, destaca-se que as etapas de diagnóstico e de planejamento são fundamentais para a boa execução de ações públicas.

Nesse contexto, considera-se que o diagnóstico contempla as atividades de coleta, produção e organização de dados e informações que possibilitem analisar características e demandas do município no que tange à AUP. Além disso, cabe também nessa etapa a identificação de bairros e o número de áreas propícias à sua realização, assim como os estabelecimentos agrícolas recenseados. A sistematização contínua dessas informações possibilita reconhecer o território e, inclusive, mobilizar redes de moradores, produtores e instituições da sociedade civil interessadas em contribuir para a construção dessa agenda.

Paralelamente, buscando integrar as práticas de agricultura urbana e periurbana a estratégias de desenvolvimento urbano, a decisão de planejar com antecedência é crucial. Nesse sentido, considera-se relevante a mobilização de diferentes partes interessadas a fim de construir, junto com a sociedade civil, os objetivos gerais e específicos que nortearão a agenda municipal de agricultura urbana e periurbana.



Entre os bons exemplos encontrados nos municípios brasileiros, destaca-se aqui o marco regulatório que estabelece o Plano de Metas para as prefeitas e prefeitos que assumem a instância municipal. Essa prática de planejamento e gestão, além de estimular a eficácia da gestão municipal, ao incorporar metas que representam a visão de futuro para o município, cria precedentes importantes para a posterior alocação de recursos para a agenda de agricultura urbana e periurbana.

ORÇAMENTO PÚBLICO

O orçamento público configura-se como um campo recorrente de disputas entre diferentes agendas e demandas na gestão pública. Diferentemente de áreas como saúde e educação, a pauta de agricultura urbana e periurbana (e agendas correlacionadas, tais como segurança alimentar e nutricional) não tem uma destinação mínima estabelecida por lei.

Nesse sentido, para mobilizar recursos para as ações no campo da agricultura urbana e periurbana, sugere-se realizar o cruzamento de informações e a análise sistêmica dos instrumentos de planejamento e de alocação de orçamento do município.

No âmbito do planejamento, destaca-se como fundamental a previsão de atividades de agricultura urbana e periurbana no Plano Diretor do município. A partir desse direcionamento, criam-se as bases para o desenvolvimento e o ordenamento da expansão urbana, do município, identificando áreas propícias para a produção de alimentos nas cidades.

Outro espaço de planejamento para a incorporação de objetivos, programas, metas e ações de agricultura urbana e periurbana é o Plano Plurianual Municipal (PPA), bem como outros instrumentos legais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Lei Orçamentária Anual (LOA).

No âmbito do Governo Federal, a Ação Orçamentária S458 – Apoio à Agricultura Urbana, é uma fonte de financiamento para os municípios, e por meio dela foi possível apoiar a agenda de agricultura urbana e periurbana no Brasil nos últimos 20 anos.

Além dos recursos discricionários, as emendas parlamentares também têm sido uma forma importante dos municípios acessarem recursos para implementar ou ampliar ações de agricultura urbana. A articulação com parlamentares para a destinação

de recursos via emenda oportuniza tanto a gestão pública quanto as organizações da sociedade civil a desenvolverem projetos estratégicos de estruturação da agricultura urbana nos municípios. É possível entender melhor sobre este tema acessando o Guia de Emendas Orçamentárias vigente em cada ano¹.

GOVERNANÇA, INTERSETORIALIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Nos últimos anos, o debate sobre governança e participação social tem ocupado um lugar estratégico na gestão pública e nas políticas públicas. Apesar de muitas vezes difusa, a conceituação sobre governança refere-se fundamentalmente à construção de processos de tomada de decisão que incorporam a influência de múltiplos atores (estatais ou não).

Na perspectiva da gestão interna, a existência de espaços formais de administração intersetorial configura-se como uma estratégia no campo da gestão pública que facilita a execução das ações, a resolução de problemas e a criação de processos que potencializam os benefícios da AUP para o município. O que se pretende, nesse sentido, é a efetivação de ações descentralizadas e intersetoriais, que envolvam de forma coordenada órgãos estratégicos para as diferentes temáticas mobilizadas pelas ações de agricultura urbana e periurbana. São exemplos as secretarias de segurança alimentar e nutricional, agricultura,

¹ GUIA DE EMENDAS DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA:
[HTTPS://WWW.GOV.BR/CIDADANIA/PT-BR/GUIADEEMENDAS](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/guiadeemendas)



meio ambiente, planejamento urbano, educação, obras e infraestrutura, assistência social, trabalho e desenvolvimento econômico, entre outras. Adicionalmente, é oportuno que esses espaços incorporem também a participação de organizações da sociedade civil.

Sendo múltiplas as características, contribuições e práticas da agricultura urbana, são múltiplas também as instâncias institucionais em que suas ações se materializam, mobilizando diferentes áreas e setores da gestão pública. É importante que a coordenação das ações de AUP no município parta desse entendimento e da percepção da necessidade de construir uma prática intersetorial que não engesse a agricultura urbana em uma única “caixa”, mas que permita a articulação de um conjunto de políticas já existentes que possam convergir para a promoção de cidades mais sustentáveis.

Da mesma forma, a criação de agendas de AUP pressupõe um processo contínuo de mapeamento e envolvimento de agentes externos que atuam junto com o governo municipal, como organizações da sociedade civil, coletivos, associações de bairro e empresas, buscando criar fóruns de discussão e instâncias deliberativas que contemplem a participação e o controle social.

Vale pontuar a dimensão que esses dois aspectos ocupam na instância de administração de cada iniciativa de AUP. Em muitos casos, a organização social desses grupos tem despontado como um dos principais entraves no desenvolvimento das iniciativas de agricultura urbana e periurbana. Além de dificuldades de relacionamento, há ainda preocupações relacionadas ao próprio engajamento

dos beneficiários no decorrer do tempo. Sendo assim, há que se considerar a elaboração de um processo de implantação de ações de AUP que contemple as atividades “relacionais” capazes de criar uma coesão entre as partes relacionadas. O que se pretende, dessa forma, é promover o engajamento e a responsabilidade pela ocupação da área e, também, o senso de coletividade, que será fundamental para desdobramentos que gerem emancipação e autonomia futuramente.

Em termos de mobilização da participação social na agenda de agricultura urbana e periurbana, destacam-se aqui a mobilização de espaços e os fóruns periódicos que promovam o encontro e o diálogo. Tais ações, além de criarem espaço para a apresentação de resultados e a discussão de rumos e cenários futuros para a agenda no município, podem atrair as pessoas à prática e fomentar o consumo de alimentos produzidos pelas iniciativas de AUP. Como exemplos temos palestras, cursos online, fóruns, seminários e eventos.

Antes de criar instâncias, há que se considerar a integração da agenda de AUP aos equipamentos/órgãos já existentes, buscando fortalecê-los. É o caso, por exemplo, dos componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). São eles o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA Municipal) e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal).

Além disso, destaca-se a aproximação da AUP com as discussões sobre os espaços rurais, sendo os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável estruturas presentes em diversos municípios. Nota-se que esses Conselhos também irão tratar de temas importantes para os beneficiários de AUP, tais como a produção de alimentos, as estruturas para a comercialização em circuitos curtos e o acesso às políticas públicas relacionadas à agricultura familiar.

Considerando, ainda, o avanço das práticas de agricultura urbana com fins de geração de trabalho e renda, é relevante também verificar a existência de Conselhos Municipais de Economia Solidária em alguns municípios, como espaços de articulação de políticas voltadas ao associativismo e ao cooperativismo como viés de organização socioeconômica da agricultura urbana, podendo agregar políticas de educação, assistência técnica, fomento, comercialização etc.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação de programas e políticas públicas são etapas que permitem averiguar se os resultados atingidos em determinado período sustentam a continuidade e, possivelmente, a multiplicação das ações implementadas. São considerados importantes mecanismos de transparência. Ao mobilizar diferentes estratégias de divulgação à sociedade civil, é possível acessar os pontos de vista de cidadãos e de outras partes interessadas, sejam elas do governo ou não.

Em termos metodológicos, dois fatores são destacados na literatura como pontos de atenção: o primeiro, da necessidade de superar a visão de que ações de monitoramento e avaliação são “as últimas” a serem conduzidas, devendo ser planejadas e executadas durante todo o ciclo de políticas públicas; e o segundo, relacionado à incorporação de indicadores qualitativos, além dos indicadores quantitativos.

É importante ter um conjunto de indicadores quantitativos como referência, levantados desde o diagnóstico como linha de base, para monitorar possíveis mudanças nas condições do território, seja para confirmar os resultados obtidos, seja para perceber resultados não tangíveis a “olho nu” ou para identificar a necessidade de correções.

A elaboração de indicadores quantitativos tem sido um desafio na gestão pública. Por vezes, os indicadores adotados limitam-se à indicação do número de espaços de cultivos fomentados, por exemplo (número de hortas comunitárias, de hortas pedagógicas nas escolas, de quintais produtivos, etc.). Todavia, indicadores quantitativos de maior

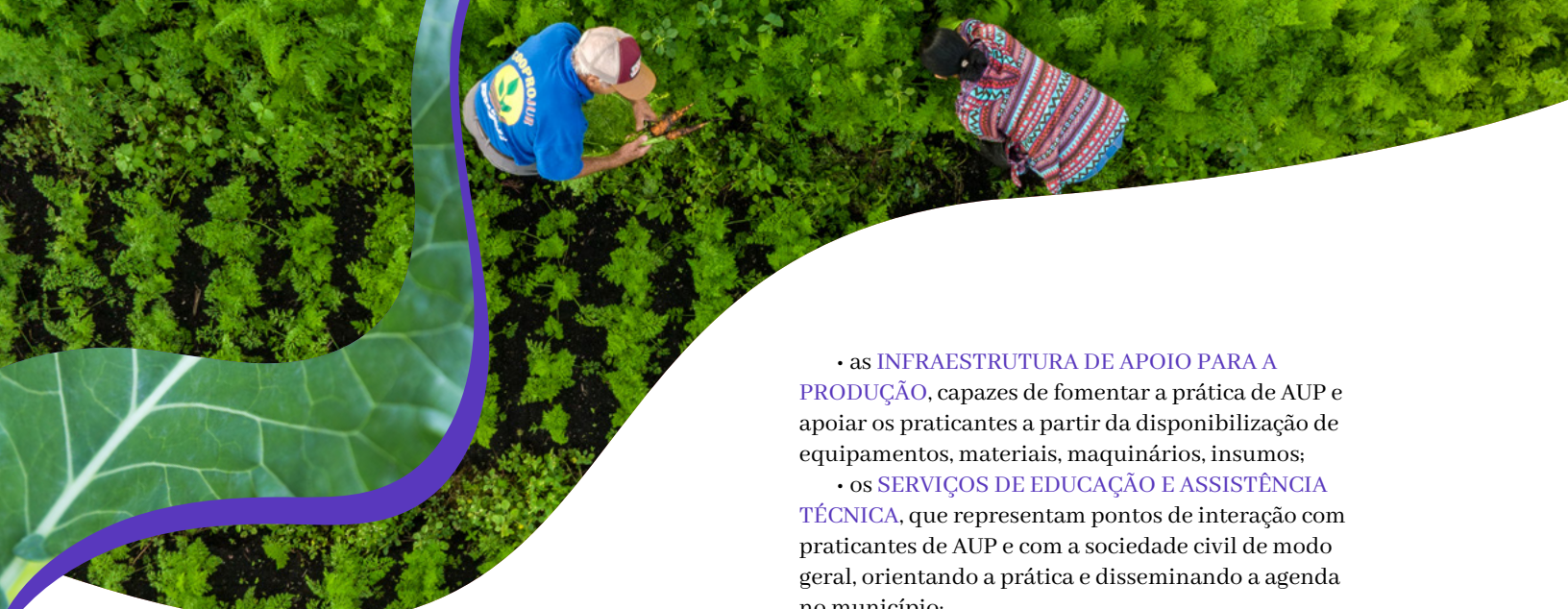
relevância referem-se à mensuração dos impactos reais provocados pela implantação das unidades produtivas na vida das famílias e dos territórios. É fundamental ter indicadores que permitam avaliar a melhoria efetiva das condições de segurança alimentar e nutricional das famílias e dos territórios.

A evidência das mudanças na cultura alimentar das famílias e os indicadores efetivos de melhoria da nutrição, que mostrem os impactos da alimentação saudável no desenvolvimento das crianças, pela aferição de peso e altura, são bons exemplos disso. Os municípios podem, por exemplo, adotar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para medir diretamente a percepção e vivência de insegurança alimentar no nível domiciliar. A EBIA tem sido instrumento de medida de bastante confiabilidade, por ter metodologia ancorada em estudos científicos que atestam sua viabilidade.

Finalmente, no contexto da agricultura urbana e periurbana, a estruturação de indicadores qualitativos é aqui considerada de especial relevância, entendendo que muitos de seus benefícios se referem a aspectos intangíveis, especialmente relacionados às dimensões social e humana. São exemplos os atributos de saúde mental e psicológica, a ascensão de bem-estar a partir do contato com paisagens verdes e a promoção da coesão comunitária.

Nesse aspecto, considera-se de fundamental importância que a participação social seja o fio condutor das ações de monitoramento e avaliação. Ao acessar a opinião dos beneficiários e de outros atores municipais envolvidos, é possível não só identificar quais foram as transformações mais significativas proporcionadas pelas ações de AUP, como também dar visibilidade a incongruências e pontos de conflito, identificando efetivamente oportunidades de melhorias.





ESCALONAMENTO HORIZONTAL

Multiplicação de iniciativas de agricultura urbana e periurbana

A medida que aumenta o número de práticas de AUP, é esperado, simultaneamente, um incremento em certas demandas no município, tais como disponibilidade de terra, assistência técnica, acesso a equipamentos e maquinários, entre outras. Desse modo, no eixo de multiplicação de iniciativas, ou de “escalonamento para fora”, são apresentados instrumentos que se referem à quantidade, à extensão e à replicação de iniciativas de AUP no território.

Convém destacar que o encaminhamento dessas demandas e o bom desempenho na prestação de serviços para fortalecer a agenda de AUP depende não só do que está ao alcance da gestão municipal, mas principalmente dos arranjos e das parcerias que são mobilizados junto a um amplo grupo de atores, como agricultores, universidades, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa.

São aqui previstos:

- o **ACESSO À TERRA E ÁGUA**, e todos os instrumentos relacionados ao planejamento urbano que permitam identificar áreas propícias para a prática de AUP;
- a **GESTÃO DE RISCOS**, buscando a qualidade do ambiente urbano e a segurança dos atores envolvidos, sejam eles praticantes, sejam eles consumidores;
- a **PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA** como ciência, prática e movimento, fundamental para orientar as iniciativas e assim potencializar o alcance de benefícios, especialmente ambientais;

- as **INFRAESTRUTURA DE APOIO PARA A PRODUÇÃO**, capazes de fomentar a prática de AUP e apoiar os praticantes a partir da disponibilização de equipamentos, materiais, maquinários, insumos;
- os **SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**, que representam pontos de interação com praticantes de AUP e com a sociedade civil de modo geral, orientando a prática e disseminando a agenda no município;
- o **FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA** e dos circuitos curtos, um instrumento-chave para mobilizar iniciativas de comercialização e consumo de alimentos produzidos localmente;
- e **GESTÃO DE RESÍDUOS**, buscando integrar à agenda de AUP a circularidade de recursos a partir da compostagem de resíduos sólidos do município.

ACESSO À TERRA E ÁGUA

O acesso à terra e água caracteriza-se como um dos primeiros serviços públicos mobilizados para a implantação de unidades de agricultura urbanas e periurbanas.

No âmbito do acesso à terra, destacam-se dois importantes processos que devem ser considerados: a identificação de terrenos públicos ou privados aptos para a prática e a seleção dos beneficiários.

No que tange à identificação de terrenos, além de iniciativas por parte da prefeitura, são também identificadas práticas em que a própria população ou organizações da sociedade civil acionam a instância municipal para uma consulta sobre a disponibilidade de terrenos. Desse modo, nota-se que o processo de identificação e alocação de terras pode ser uma via de mão dupla, sendo importante estabelecer uma instância administrativa capaz de conduzir esse diálogo e promover a interface entre a população e os agentes governamentais responsáveis.

Um ponto a ser destacado nesse sentido consiste no objetivo de garantir o uso social em terrenos ociosos ou subaproveitados. Além de desperdiçar uma oportunidade de promover o desenvolvimento do espaço urbano, essas áreas muitas vezes representam um passivo para as prefeituras e populações locais. Isso porque comumente se tornam alvo de depósitos, acúmulo de entulhos, além de focos de contaminação e transmissão de doenças.

A partir da identificação das áreas e da sistematização dessas informações, cabe às prefeituras a elaboração de estratégias para a seleção de beneficiários. Menciona-se como exemplo a realização de chamamento público para identificação de beneficiários interessados e criação de listas de espera, quando necessário. Além disso, a fim de priorizar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, identifica-se como prática a consulta dos interessados no Cadastro Único.

Ainda sobre a seleção dos beneficiários, destaca-se a importância de se estabelecerem instrumentos de formalização da cessão dos terrenos, a fim de possibilitar a inscrição do agricultor no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e assim garantir o acesso a políticas públicas de apoio à produção e à comercialização². Além disso, considera-se oportuna a implementação de instrumentos de regimento interno, como estatutos e termos de compromisso que estabeleçam regras de boa conduta e que formalizem quais são as responsabilidades das partes envolvidas. A experiência de alguns municípios, nesse sentido, mostrou que esses instrumentos contribuíram para o engajamento, a coesão social e a responsabilidade dos beneficiários.

No âmbito do acesso à água, existem diversas alternativas que podem ser empregadas, a depender das características de cada área e região. Mencionam-se, como exemplos, poços artesianos, cisternas, captação de nascentes ou córregos, captação de água da chuva e utilização de água tratada pela empresa de saneamento. Nessa última modalidade, nota-se que é importante estabelecer um arranjo entre a prefeitura e os beneficiários, considerando que o custo da água no perímetro urbano é elevado. Em municípios que já conduzem programas de agricultura urbana e periurbana, é comum que o custeio da água seja feito pela prefeitura integralmente ou parcialmente, adotando

as chamadas “tarifas sociais”, comumente com o envolvimento de empresas concessionárias de abastecimento e tratamento de água.

Ainda com relação à definição do terreno a ser utilizado, devem ser considerados os riscos de contaminação dos alimentos a partir do solo, ar e água, que serão detalhados no próximo tópico.

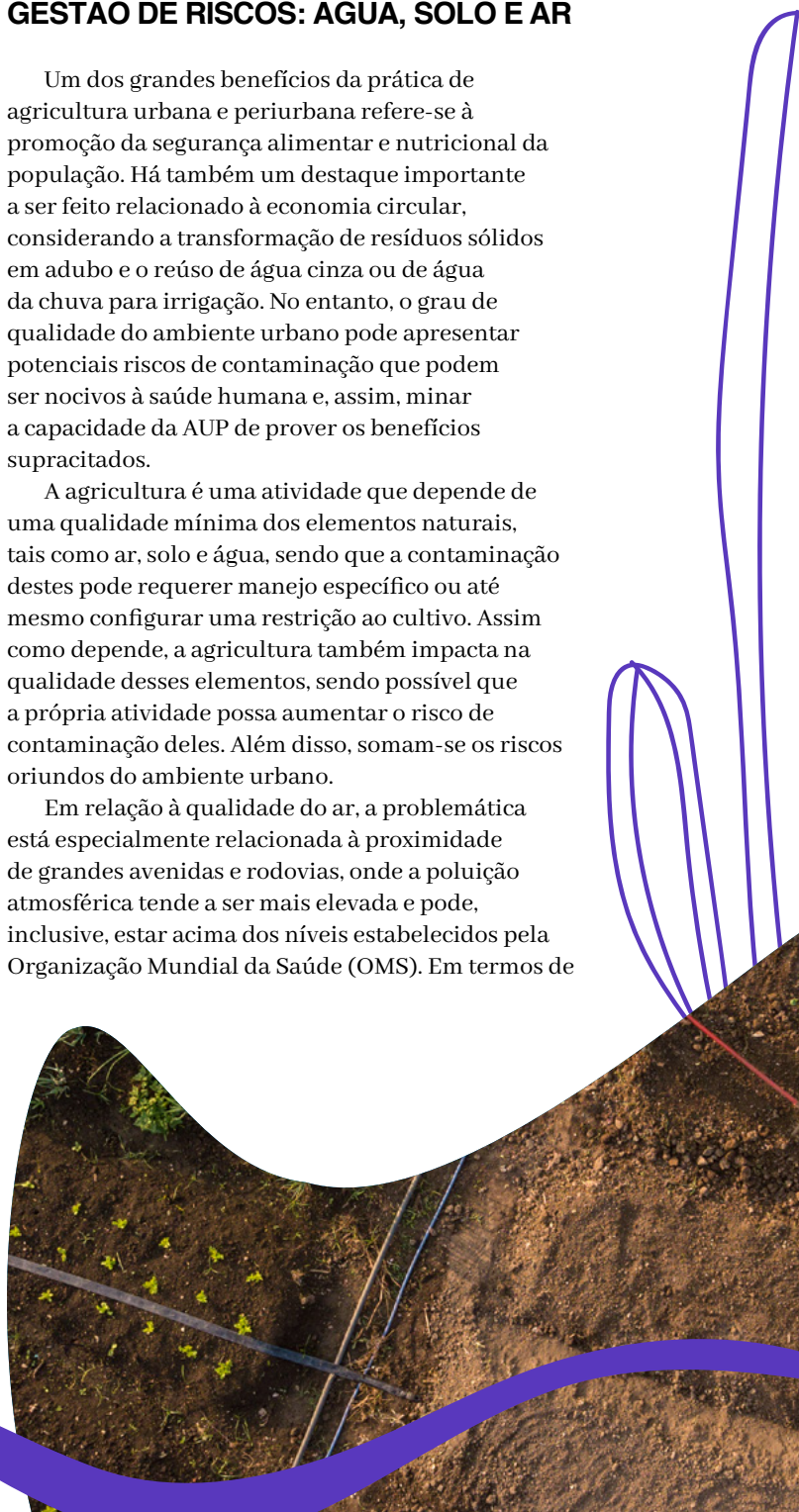
GESTÃO DE RISCOS: ÁGUA, SOLO E AR

Um dos grandes benefícios da prática de agricultura urbana e periurbana refere-se à promoção da segurança alimentar e nutricional da população. Há também um destaque importante a ser feito relacionado à economia circular, considerando a transformação de resíduos sólidos em adubo e o reúso de água cinza ou de água da chuva para irrigação. No entanto, o grau de qualidade do ambiente urbano pode apresentar potenciais riscos de contaminação que podem ser nocivos à saúde humana e, assim, minar a capacidade da AUP de prover os benefícios supracitados.

A agricultura é uma atividade que depende de uma qualidade mínima dos elementos naturais, tais como ar, solo e água, sendo que a contaminação destes pode requerer manejo específico ou até mesmo configurar uma restrição ao cultivo. Assim como depende, a agricultura também impacta na qualidade desses elementos, sendo possível que a própria atividade possa aumentar o risco de contaminação deles. Além disso, somam-se os riscos oriundos do ambiente urbano.

Em relação à qualidade do ar, a problemática está especialmente relacionada à proximidade de grandes avenidas e rodovias, onde a poluição atmosférica tende a ser mais elevada e pode, inclusive, estar acima dos níveis estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em termos de

2 A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) foi realizada até 31/10/2022. Esse instrumento será progressivamente substituído pelo Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), para fins de acesso a todas as políticas públicas de apoio e fomento à agricultura familiar. Para mais informações acesse o site do Governo Federal: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/caf>





PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA

Embora a agroecologia tenha alcançado um destaque no Brasil, nem todas as pessoas compreendem adequadamente suas concepções. Para além do manejo do solo e da água, dos processos de compostagem, cultivo e uso de defensivos naturais, a agroecologia também é vista como ciência e movimento.

Em iniciativas de agricultura urbana, ainda existem práticas que não necessariamente asseguram a produção agroecológica. Portanto, garantir processos educativos para as práticas da agroecologia pode ser um primeiro passo para que a gestão municipal estimule a sua ampliação nas áreas de cultivo.

Nesse sentido, é importante mapear experiências agroecológicas existentes no município e promover processos de intercâmbio de saberes e de práticas entre famílias e grupos organizados em torno da agricultura urbana. De igual importância é a promoção do acesso às atividades formativas e aos materiais de referência já desenvolvidos no Brasil. Sites oficiais como o do Ministério da Cidadania e de outras instituições trazem alguns cursos de educação a distância, com vídeos, cartilhas e outros materiais interessantes.

Em termos práticos, a incorporação da dimensão agroecológica pode estar relacionada à realização de parcerias com organizações da sociedade civil, entidades de ensino superior e técnico e empresas públicas de capacitação e assistência técnica, para a realização sistemática de cursos, oficinas e ações de capacitação dos beneficiários. Além disso, outros mecanismos podem ser incorporados para assegurar a boa conduta nas unidades produtivas, utilizando-se, para tanto, marcos legais e instrumentos de formalização (como regimentos, estatutos, códigos de conduta) entre a prefeitura e os beneficiários.

O estímulo para ampliação das práticas de agroecologia pode passar também pela iniciativa da gestão municipal de promover premiações e linhas de financiamento específicas para iniciativas agroecológicas, oportunizando que cada vez mais o município evidencie seus caminhos na construção de uma cidade sustentável.

Finalmente, é necessário lembrar a importância da sistematização e da divulgação das experiências agroecológicas do município, com a produção de

cultivos, as hortaliças tendem a estar mais expostas que os tubérculos e leguminosas, pois partículas em suspensão tendem a se depositar nas folhas e nos ramos desses vegetais. Paradoxalmente, as plantas cultivadas podem se beneficiar da maior concentração de gás carbônico (CO₂) nas cidades, já que necessitam absorver esse gás para o processo de fotossíntese, o que contribui, por sua vez, com o serviço de purificação do ar.

Já no que tange à qualidade do solo, os níveis de contaminação com metais pesados e outros elementos químicos podem ser prejudiciais tanto para quem consome os produtos quanto para quem os manipula. Nota-se que as razões dessa contaminação variam desde o histórico de uso do terreno, cujas atividades deixam resíduos no solo, passando pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, fator presente na agricultura de modo geral, como também pelo uso de compostos orgânicos externos não conhecidos. Históricos de atividade industrial ou depósito irregular de resíduos devem levantar um alerta vermelho, indicando a necessidade de uma análise laboratorial do solo compatível com o uso histórico da área.

Por fim, a qualidade da água utilizada nos processos de irrigação, higienização de utensílios e lavagem de alimentos é fundamental para eliminar os riscos de transmissão de agentes patogênicos. Alguns estudos sugerem, por exemplo, que o uso de água contaminada seria a principal causa da contaminação de hortaliças.

A identificação e a gestão desses riscos contribuem para assegurar os benefícios da atividade de agricultura urbana e periurbana. Cabe à gestão pública, nesse sentido, o papel de incorporar esse tema na estratégia de implementação e gestão de unidades produtivas urbanas e periurbanas.

livros, vídeos, cartilhas e materiais que contenham as histórias de vida, a trajetória dos coletivos organizados, os depoimentos dos benefícios gerados pela agricultura urbana de base agroecológica em cada território e os casos de sucesso de parcerias e de pactos desenvolvidos entre entes governamentais e não governamentais. São memórias e aprendizados registrados que ficam como referência para influenciar diferentes ciclos da gestão pública e para fortalecer a prática intersetorial na ação pública em torno da agroecologia urbana.

O QUE É AGROECOLOGIA?

A agroecologia pode ser definida como uma ciência, uma prática e um movimento político que propõe a transformação dos sistemas agroalimentares de modo a garantir o acesso a alimentos saudáveis, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida nas cidades e no campo. Como caminho para desenvolver sistemas sustentáveis, a agroecologia permite articular diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar, dialogando com os saberes científicos e populares, e sistêmica, envolvendo a cadeia de alimentos do campo ao consumo.

A agroecologia surge em contraposição a um modelo de agricultura direcionado à artificialização dos ecossistemas agrícolas, altamente dependente de insumos químicos, buscando resgatar e valorizar as funções ecológicas que a biodiversidade cumpre nos agroecossistemas. Incorporar as dimensões da agroecologia na esfera pública pressupõe compreender que a governança dos sistemas alimentares deve ser justa, enfrentando as desigualdades inerentes à estrutura da cadeia de alimentos; democrática, garantindo a participação ativa da sociedade civil na construção e implementação de políticas públicas; e sustentável, fomentando os sistemas de produção agroecológica, a biodiversidade e os circuitos curtos de comercialização¹.

¹ Fontes: KHATOUNIAN, 2001; WEZEL, A. et al., 2009; PETERSEN et al, 2009; FAO, 2014; ABA, 2015; MOREIRA, 2021.

INFRAESTRUTURA DE APOIO PARA A PRODUÇÃO


Considerando o papel da gestão municipal de atuar ativamente para a construção da agenda de AUP, entende-se que a criação de infraestruturas de apoio é fundamental para o pleno desenvolvimento das unidades produtivas, fomentando os seus múltiplos benefícios para o município.

Estão incorporados nessa dimensão os serviços relacionados ao uso de maquinários e ferramentas agrícolas e ao fornecimento de materiais e insumos, tais como energia elétrica, sementes, mudas, kits de irrigação e adubos. Para a realização dessas aquisições, é importante a existência de marcos regulatórios e legais e de uma estrutura administrativa que permita a realização de compras públicas.

Eventualmente, também são identificados nessa dimensão os serviços de infraestrutura relacionados à construção de galpões, banheiros e cozinhas coletivas, buscando assegurar qualidade e segurança para a execução das atividades produtivas.

Um ponto de atenção a ser considerado pelos municípios consiste na identificação de mecanismos para equilibrar as ações destinadas a produtores urbanos, periurbanos e rurais. O que se vê nos últimos anos é que esses espaços são cada vez mais próximos em termos de seus modos de vida, de suas necessidades e de seus interesses. Nesse sentido, é fundamental avançar nas políticas de suporte às práticas da AUP, compreendendo que a produção urbana e a produção rural são faces complementares na criação de sistemas agroalimentares sustentáveis no município.





É importante considerar ainda que, uma vez estruturadas e implementadas as iniciativas de AUP, outras necessidades de custeio e de investimentos relacionadas às atividades pós-colheita podem ser evidenciadas, tais como custos com processamento de produtos, desenvolvimento de embalagens, estrutura de logística e distribuição, dentre outras. Sendo recorrentes essas demandas, o ideal seria que o município tivesse uma linha de crédito adequada à realidade desse público.

Orientadas pela economia solidária, muitas comunidades têm desenvolvido práticas de organização das chamadas finanças solidárias, pelas quais são constituídos bancos comunitários, cooperativas de crédito ou fundos rotativos solidários³ que cumprem o papel de garantir o crédito para empreendimentos rurais e urbanos. Essas são iniciativas que podem ser mapeadas e fomentadas pela gestão municipal para suprir a necessidade de uma política de crédito para a AUP. O Brasil conta hoje com uma rede de bancos comunitários e com sistemas de cooperativismo de crédito reconhecidos pelo Banco Central. Pesquisar e entender como funcionam essas redes e sistemas pode ser um passo inicial importante.

EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O êxito de qualquer política ou programa relacionado às atividades agrícolas pressupõe a organização de estruturas de assistência técnica aos agricultores. As interações entre técnicos e agricultores potencializam o uso sustentável de recursos naturais e a capacidade produtiva, impactando o pleno aproveitamento dos benefícios da agricultura urbana e periurbana, que melhoram a qualidade de vida das famílias e da sociedade em geral.

Nesse sentido, destaca-se que esse apoio se faz necessário mesmo antes de se iniciar a prática de AUP, ainda na fase de planejamento e da definição dos cultivos. Devem-se levar em consideração aspectos como a dimensão e o objetivo da produção, a cultura e os hábitos alimentares locais e a demanda local por alimentos.

As diversas necessidades das famílias de agricultores demandam a articulação de múltiplas competências no acompanhamento e assessoramento técnico. Muitas vezes, questões relacionais e familiares interferem no desenvolvimento dos espaços produtivos. Questões associadas ao uso de drogas e alcoolismo, saúde mental e psicológica, conflitos entre coletivos e comunidades são alguns exemplos disso.

Nesse sentido, é importante que a gestão pública promova diretamente ou estabeleça parcerias para garantir o acompanhamento com profissionais de áreas diversas, para apoiar tanto nas questões sociais das famílias de agricultores urbanos (assistentes sociais, psicólogos, antropólogos e áreas afins) como no desenvolvimento da capacidade produtiva propriamente dita (que requer orientação técnica de engenheiros agrônomos, técnicos em agronomia, biólogos, etc.). O aperfeiçoamento da capacidade de organização social dos coletivos de agricultores, de gestão coletiva dos espaços de cultivo, e a construção de estratégias de comercialização também constituem campos de saberes que demandam formação e assessoria técnica.

Comumente, a assistência técnica tem sido um dos grandes desafios enfrentados em projetos de agricultura urbana, tendo impactos na capacidade local de implantar espaços de cultivo, na qualidade da produção e na própria sustentabilidade dessas iniciativas. Sem uma assistência técnica adequada e em caráter continuado, muitas atividades de agricultura urbana não têm sucesso ou durabilidade. A falência desses espaços de cultivo tem impacto direto na credibilidade do potencial da agricultura urbana para as comunidades em situação de vulnerabilidade.

3

GUSSI et al., 2012.

Com esses desafios em vista, o que se entende é que os serviços de assistência técnica precisam ser organizados considerando a formação de um corpo técnico que seja proporcional às iniciativas de AUP que são atendidas no município. Um dos caminhos adotados por grande parte das experiências existentes no Brasil tem sido a parceria entre os projetos de agricultura urbana com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, tais como universidades, institutos federais, escolas técnicas e agrícolas, organizações da sociedade civil, Embrapa, Emater e entidades similares existentes nos estados e municípios. Em outros casos, a própria prefeitura monta uma equipe de técnicos para suprir ou atenuar essa necessidade.

É importante considerar que em muitos casos os beneficiários não são “agricultores”. Sendo assim, pontua-se a necessidade de se atrelar iniciativas de formação e assistência técnica para a condução das unidades produtivas, de forma que os coletivos e praticantes acessem técnicas de plantio, manejo e conservação, e sejam estimulados e desenvolvam saberes relacionados ao entendimento mais profundo dos impactos positivos de suas ações nos territórios, na cidade e no ambiente, e também acessem conhecimentos e ferramentas ligados à capacidade de gestão dessas iniciativas.

Por fim, falar em educação e assistência técnica para a agricultura urbana e periurbana remete à importância de se inserir a temática no projeto político e pedagógico das escolas, estimulando práticas de cultivo dentro das escolas e/ou o relacionamento das escolas com as práticas agroecológicas presentes no seu entorno. A escola é um espaço privilegiado de formação de novas mentalidades e culturas, podendo ser um instrumento poderoso para o envolvimento comunitário em projetos estratégicos de agricultura urbana para o município, mobilizando estudantes e seus familiares. O Curso EaD (educação à distância) Gestão de Hortas Pedagógicas⁴ visa formar gestores para atuarem em escolas públicas ou privadas nos municípios de todo o país.

FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA E DOS CIRCUITOS CURTOS

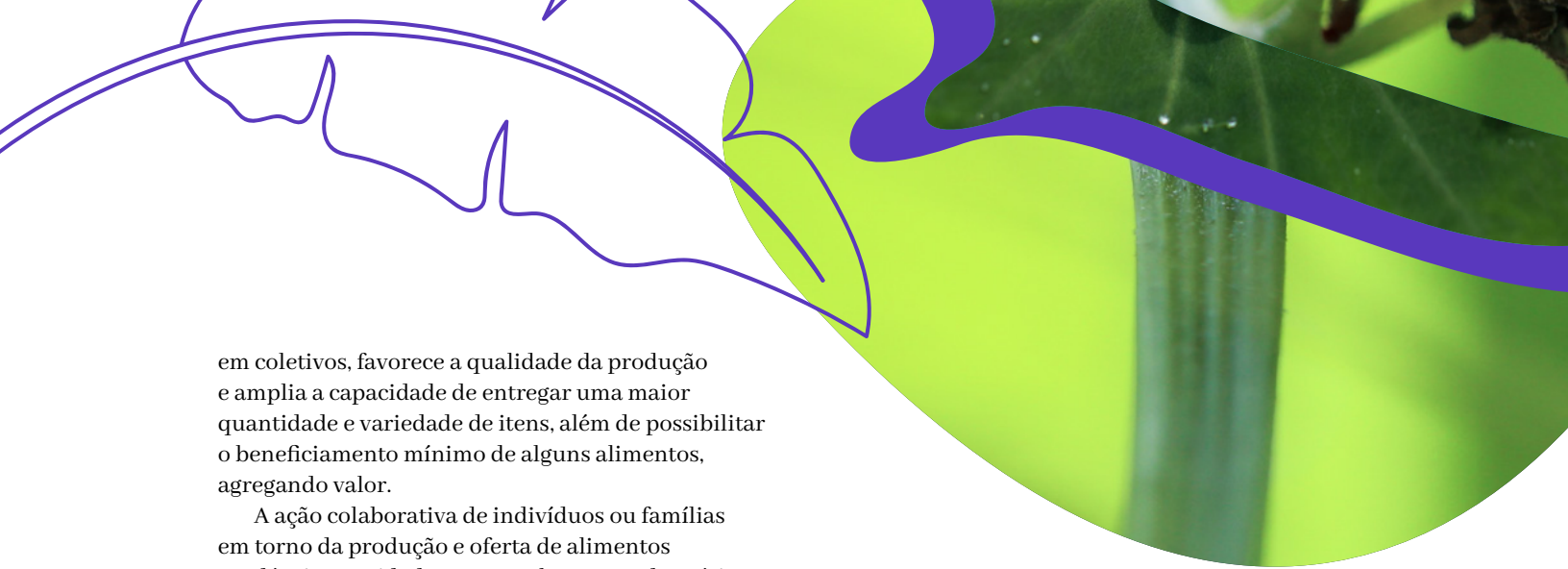
As práticas de agricultura urbana e periurbana voltadas à produção de alimentos articulam dois campos importantes de contribuições para o desenvolvimento local: a promoção da segurança alimentar e nutricional pelo oferta e acesso a alimentos saudáveis, e a inclusão socioeconômica de famílias de agricultores urbanos. As diferentes experiências de agricultura urbana e periurbana no Brasil apontam que, para além da produção destinada ao autoconsumo, há uma parcela da produção destinada à comercialização, o que caracteriza importante fonte de geração de renda.

Para a comercialização, destaca-se a importância de se realizar um estudo de mercado e analisar quais são as carências, demandas e hábitos alimentares locais, especialmente para a produção em escala.

Nesse sentido, o fomento à auto-organização dos agricultores e praticantes em grupos solidários, associações ou cooperativas é um passo importante para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, do ponto de vista não só da coesão comunitária, mas também dos mecanismos de organização das etapas de produção e de demanda de alimentos aos territórios. A comercialização nos circuitos curtos, uma vez pensada e organizada

4 O curso pode ser acessado no link <https://www.embrapa.br/e-campo/gestao-de-hortas-pedagogicas>





em coletivos, favorece a qualidade da produção e amplia a capacidade de entregar uma maior quantidade e variedade de itens, além de possibilitar o beneficiamento mínimo de alguns alimentos, agregando valor.

A ação colaborativa de indivíduos ou famílias em torno da produção e oferta de alimentos saudáveis nas cidades passa pelo resgate de práticas próprias do associativismo, do cooperativismo e da autogestão como caminho para constituir organizações de agricultura urbana.

Na economia solidária, essas organizações são chamadas de empreendimentos econômicos solidários (EES), que se constituem na forma de cooperativas, associações e grupos informais.

Essas organizações, por um lado, podem atuar como ofertantes da produção para possíveis mercados locais; por outro, podem vir a ser a estrutura de representação das famílias de agricultores na construção de diálogos e alianças importantes para o fortalecimento das práticas da agricultura urbana dentro do território.

Políticas e projetos de acesso a crédito, a assistência técnica e a outras necessidades dos agricultores urbanos podem ser tratados e pactuados com gestores públicos, entidades de assessoria/fomento, instituições de ensino e pesquisa por meio da representação das organizações sociais de agricultores.

As cooperativas/associações de agricultores urbanos podem, inclusive, ocupar espaços estratégicos de participação social, para qualificar as políticas locais. Fomentar a criação de cooperativas, associações ou outros formatos de empreendimentos econômicos solidários pressupõe considerar as necessidades de formação para a autogestão, de forma a dar condições para que os agricultores urbanos se apropriem adequadamente da gestão de seus empreendimentos e os fortaleçam na relação com a comunidade.

Além dos empreendimentos em si, outros arranjos produtivos podem ser estimulados pela gestão pública. As redes de cooperação solidária são um mecanismo importante que algumas cooperativas e grupos têm adotado para fortalecer sua capacidade de produção e de atendimento a mercados, ao articular um conjunto de iniciativas presentes no próprio território ou em relação a outros territórios.

As redes facilitam, por exemplo, a aquisição de insumos, a regularidade e a diversidade da oferta. Além dos ganhos econômicos, as redes também fortalecem a identidade dos coletivos de agricultores urbanos, o reconhecimento da diversidade de iniciativas existentes e o senso de pertencimento territorial, que amplia o envolvimento com as questões do município.

As práticas desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários e suas redes, em geral, priorizam os circuitos curtos de comercialização, que dinamizam a economia local, fortalecem a identidade territorial e ajudam a comunidade a construir uma nova consciência sobre a influência do consumo sobre a produção para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Ao diminuir as distâncias percorridas pelos alimentos até os centros consumidores, é reduzida a emissão de gases do efeito estufa, enquanto são gerados outros benefícios. Esse encurtamento da cadeia, por um lado, favorece uma melhor adequação da produção de acordo com as preferências dos consumidores, incorporando aspectos da qualidade do alimento e seu impacto nos agroecossistemas, e, por outro lado, permite que os consumidores incorporem a sazonalidade e os alimentos da agrobiodiversidade local, favorecendo a adoção de dietas saudáveis e adequadas.

Assim, destacam-se aqui alguns serviços que podem ser prestados pelo poder público municipal para estruturar o lado da “demanda”. Notavelmente, há que se considerar que os serviços públicos não substituem a necessidade de articulação e o protagonismo dos próprios beneficiários para mobilizar o acesso a mercados. Cabe à prefeitura, entretanto, criar as condições para impulsionar as iniciativas de produção/comercialização de alimentos nos diferentes territórios, especialmente considerando a possibilidade de articulação com políticas públicas de compras institucionais, como é o caso do Programa



Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵, do Alimenta Brasil⁶ e de outros similares nos quais as próprias compras da Prefeitura abrem mercado para as produções agroecológicas comunitárias.

No entanto, a oportunidade de interação entre agricultura urbana e periurbana e as políticas de compras institucionais traz alguns desafios conhecidos nas experiências de diferentes cidades que devem ser superados. O primeiro está relacionado à formalização dos beneficiários junto aos instrumentos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, visando o acesso a políticas públicas de apoio e incentivo à produção agrícola familiar. Essa ação depende, além de outros fatores, da existência de documentações que comprove a posse ou direito de uso das áreas onde estão situadas as unidades produtivas. O segundo ponto consiste na articulação das estruturas municipais e dos atores envolvidos na alimentação escolar (como é o caso do PNAE), buscando atuar ativamente para a aquisição de alimentos produzidos localmente. São exemplos desses atores a direção da escola, os nutricionistas, as merendeiras, os alunos, as associações e as cooperativas de produtores, os conselhos municipais e outras instâncias intersetoriais.



Por fim, sob o ponto de vista do consumo, é possível desenvolver políticas de estímulo à organização de consumidores, na forma de coletivos de consumo responsável, facilitando o desenvolvimento de novas consciências e os processos de organização das demandas para otimizar logísticas necessárias. Campanhas de consumo responsável e “Compre do Bairro” têm sido algumas estratégias usadas na economia solidária que ajudam a localizar consumidores interessados.

Todos esses mecanismos de organização podem ser articulados, ampliando os resultados da agricultura urbana nos municípios. A seguir, apresenta-se uma síntese de exemplos de iniciativas que contribuem para a criação de circuitos curtos de abastecimento alimentar. Ao mesmo tempo que contribuem para a geração de renda, impactam igualmente na valorização do comércio local, na disseminação da agricultura urbana e periurbana e na construção de relações de proximidade e confiança.

5 Programa Nacional de Alimentação Escolar: <https://www.fnpe.gov.br/programas/pnae>.

6 Alimenta Brasil: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil>.



Figura 8 Exemplos de iniciativas que promovem circuitos curtos de abastecimento alimentar. (Adaptado de LOPES, et al, 2019).

GESTÃO DE RESÍDUOS

A destinação dos resíduos produzidos nas cidades tem sido um debate em todo o mundo, pois a forma como cada local trata os resíduos gerados tem impactos tanto na questão ambiental quanto na saúde pública.

Muitas áreas das grandes cidades não têm uma cobertura eficiente pelos sistemas centralizadores de coleta e disposição final. Os aterros sanitários geram um grande passivo de resíduos sólidos, efluentes e emissões que representa custos para a municipalidade e contribuintes. Municípios menores carecem inclusive de sistemas de coleta e, muitas vezes, dependem de outros municípios maiores do seu entorno.

Nesse contexto, a agenda de agricultura urbana e periurbana tem conseguido dar respostas importantes para essas questões em diversos municípios, reduzindo riscos ambientais e de saúde, além de contribuir para a recuperação da paisagem nas cidades.

Com os devidos cuidados em termos da gestão de riscos desses recursos, a integração entre gestão de resíduos e agricultura urbana e periurbana pode potencializar múltiplos benefícios relacionados especialmente ao sequestro de carbono, à redução de resíduos urbanos e à melhoria da qualidade do solo. Nas áreas urbanas, nota-se um destaque nesse tópico pela condição de proximidade que facilita o envolvimento comunitário, favorecendo esquemas descentralizados de incorporação de resíduos orgânicos pela agricultura. Já no ambiente periurbano, faz-se necessária uma estrutura mais robusta e com uma escala mínima de operação a ser considerada pelo gestor local na hora de planejar os serviços.

Outro aspecto que pode ser trabalhado nessa dimensão consiste na conscientização da população, especialmente dos beneficiários das iniciativas de AUP e de servidores municipais envolvidos nas estruturas nas quais serão realizadas as coletas de resíduos orgânicos.

Por fim, é importante lembrar que o Brasil conta hoje com uma diversidade de metodologias e técnicas de coleta seletiva e compostagem, que fortalecem a relação entre destinação de resíduos sólidos e agricultura urbana. Nos sites de instituições públicas e não governamentais há cursos, cartilhas e materiais de referência que disponibilizam algumas dessas metodologias.





Direcionadores para a ação pública

O documento “Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano” buscou responder a uma demanda de municípios brasileiros por uma orientação conceitual e metodológica. Mais do que sistematizar os acúmulos da literatura no assunto e de interagir com as práticas presentes em diferentes cidades brasileiras, a mensagem central do Guia é a de destacar o potencial da AUP no enfrentamento de diversos desafios urbanos. No entendimento aqui apresentado, seus benefícios ao longo do tempo seriam atingidos desde que a AUP seja tratada como uma agenda estratégica, calcada em um processo de desenvolvimento gradual de institucionalização em paralelo ao trabalho

de fortalecer e multiplicar a agricultura por meio de iniciativas e programas. Nos capítulos anteriores, ao se discorrer sobre o histórico, os benefícios, as tipologias e os instrumentos para fortalecimento da AUP, há uma clara intenção de nivelar o conhecimento hoje disponível aos agentes públicos municipais. Independentemente do grau de maturidade em que a agenda se encontra no município, a expectativa é que este Guia aponte caminhos sobre quais seriam “os próximos passos” da atuação municipal. As informações e ferramentas aqui apresentadas, quando analisadas em conjunto, sugerem que há pelo menos cinco passos estruturais para a construção de agendas municipais de agricultura urbana que devem ser percorridos:



Passo 1

Mapeamento e mobilização de atores do território que serão relevantes para a construção da agenda de AUP em âmbito municipal.

Como apresentado em diferentes momentos deste Guia, um dos princípios norteadores da atuação municipal em AUP consiste em criar espaços de interação, diálogo e participação social. Entender o ecossistema de atores do território pressupõe, portanto, extrapolar os limites do município e mapear inclusive aqueles que estão nas regiões de proximidade, sejam eles municípios vizinhos, empresas, universidades e instituições de pesquisa, associações e cooperativas, grupos informais, coletivos e organizações da sociedade civil. Nesse quesito, também é importante considerar que tal mapeamento deve refletir a diversidade de atores envolvidos na cadeia de valor da AUP apresentada no Capítulo 2, ampliando o mapeamento para além da etapa de produção. É de fundamental importância que esse mapeamento e mobilização sejam também um exercício para dentro das estruturas da gestão pública, identificando e envolvendo secretarias e órgãos estratégicos que contam com políticas de interface ao fortalecimento da AUP no município, criando um ambiente para a ação intersetorial. Para além do âmbito do poder executivo, é preciso identificar e mobilizar, também no ambiente legislativo, os parceiros em potencial e os campos de incidência necessários e possíveis. Alguns municípios contam com frentes parlamentares importantes em torno da segurança alimentar, do direito à cidade, da questão ambiental, dentre outras que mobilizam forças políticas para avançar nos marcos legais de fortalecimento da AUP.

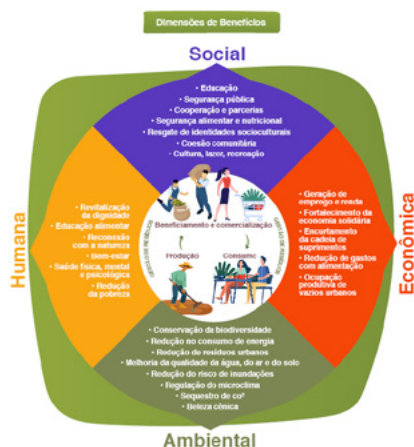
Passo 2

Definição do escopo da agenda de agricultura urbana e periurbana a partir da priorização de benefícios estratégicos que se pretende alcançar no município.

Nesta etapa, é oportuno sistematizar os principais desafios ou questões centrais para o desenvolvimento do município, presentes muitas



vezes em diferentes documentos do planejamento urbano: plano diretor, planos plurianuais, planos municipais de diferentes setores. Além disso, outras questões podem ser identificadas com os atores reunidos no passo 1. Uma vez traçado esse cenário de “demandas” da cidade, o quadro de potenciais benefícios da agricultura urbana e periurbana apresentado no Capítulo 2 pode ser um ponto de partida para a identificação de potenciais soluções. Quais dos benefícios apresentados são mais relevantes? Dessa forma, a expectativa é que efetivamente seja possível integrar a AUP ao planejamento urbano e estabelecer interconexões entre espaços de produção de alimentos e outros campos de resultados (humanos, sociais, econômicos e ambientais).



Ver capítulo 1 – Benefícios da agricultura urbana e periurbana.

Passo 3

Realização de um diagnóstico buscando caracterizar as iniciativas de AUP em curso e/ou definir novas a serem implementadas, criando um mosaico de tipos de AUP do município.

Os múltiplos benefícios da AUP podem ser alcançados quando se busca a composição de um mosaico de tipos de AUP na cidade. Nesse passo, é importante primeiramente reconhecer as iniciativas de AUP presentes no município a partir de um processo de interação com diferentes atores – já mapeados no passo 1. Além disso, é possível, nesta etapa, identificar novas iniciativas que podem ser fomentadas a fim de se atingir os benefícios priorizados no passo

2. Desse modo, é importante que cada município priorize tipos estratégicos de AUP, mapeando suas demandas e capacidades de resposta.



Ver capítulo 2 – Elementos para caracterizar os diferentes tipos de agricultura urbana e periurbana.

Passo 4

Elaboração de um plano de implementação a partir dos instrumentos para o fortalecimento de agendas municipais de AUP, garantindo ampla participação da sociedade civil e de diferentes atores públicos.

Sugere-se como abordagem fundamental para essa etapa a articulação dos esforços do município para promover, de forma simultânea e interdependente, o escalonamento vertical (de institucionalização da AUP) e o horizontal (de multiplicação da AUP). Além dos instrumentos apresentados em detalhes no capítulo 4, sugere-se a aplicação do checklist para a gestão pública municipal apresentado no anexo deste relatório.



Ver capítulo 3 – Instrumentos para fortalecer a agenda de agricultura urbana e periurbana.

Passo 5

Alocar (ou criar) uma instância administrativa para ancorar a condução da agenda municipal de AUP.

Depois de percorrer as etapas de planejamento da agenda de AUP, é fundamental que seja definida no município uma instância administrativa responsável por conduzir a execução das ações em nível municipal. É muito importante que esse seja um espaço de diálogo composto por diferentes atores, com destaque para a sociedade civil. O modelo de governança da agenda de AUP pode ser um fator determinante para o ritmo do seu avanço no município, gerando um ambiente institucional que diminua os riscos de recuo da agenda frente às mudanças que acontecem a cada ciclo de gestão pública.

Passo 6

Monitorar e comunicar os resultados da agenda de AUP.

É preciso monitorar e comunicar as contribuições que a agenda de AUP proporciona para a sociedade e o ecossistema urbano. Diante desses resultados, é possível retornar aos passos anteriores ciente dos acúmulos obtidos e de revisões e atualizações necessárias para o fortalecimento da agenda. Nesse sentido, pode ser que surjam novos atores (passo 1); que, ao cumprir a demanda política, outros benefícios desponhem com maior prioridade (passo 2); que novos tipos de AUP surjam a partir de novas tecnologias e arranjos sociais (passo 3); que os espaços de governança sejam modificados (passo 4); e que a instância administrativa necessite de novos direcionadores ou ajustes em sua atuação (passo 5).

Por mais que se reconheça o avanço da agenda nos últimos anos, o entendimento aqui explorado consiste em provocar que o fortalecimento da AUP aconteça de duas formas, simultâneas e interdependentes: a de institucionalização, garantindo a perenidade para além dos ciclos políticos e a busca por soluções de longo prazo, e a multiplicação, ao estruturar ações e serviços públicos para fortalecer e expandir as iniciativas em curso ao longo de toda a cadeia de valor da AUP.

Mesmo reconhecendo os desafios da heterogeneidade dos mais de cinco mil municípios brasileiros e as múltiplas trajetórias possíveis para o fortalecimento da AUP, o que se pretendeu demonstrar nesse passo a passo é como se concretiza as abordagens e ferramentas aqui apresentadas.

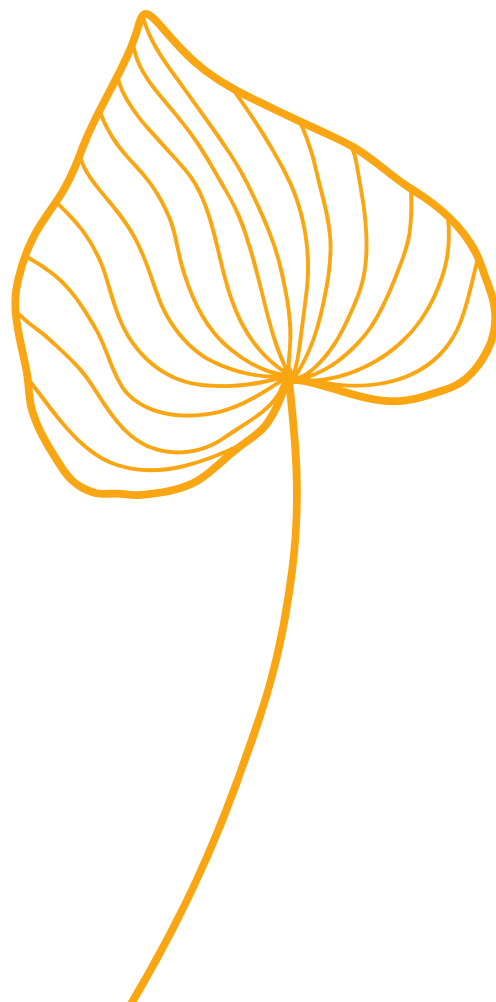
Para os municípios iniciantes, é possível indicar que os esforços estariam relacionados, primeiramente, ao mapeamento de iniciativas de AUP no território e à identificação de atores relevantes que podem atuar como parceiros. Para os municípios com políticas ou programas já em curso, um vasto campo de possibilidades é aqui encontrado para construir a trajetória de fortalecimento da agenda, tanto no campo da institucionalização quanto no da multiplicação e extensão das iniciativas. E, para os já avançados, muito dos quais entrevistados pela equipe para a elaboração deste documento, destacam-se especialmente as questões relacionadas à avaliação e ao monitoramento de políticas e programas, produzindo dados que possam subsidiar tomadas de decisões, processos de aprendizagem, e tornar visíveis – interna e externamente – os benefícios da agricultura urbana e periurbana nas quatro diferentes dimensões propostas: humana, social, econômica e ambiental.



Checklist para a gestão pública municipal

Com base nos conteúdos apresentados no Guia, o conteúdo a seguir reúne uma lista de ações desejáveis em cada um dos instrumentos propostos para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana. Sem a intenção de esgotar o campo de possibilidades ou de listar a “completude” de ações possíveis, a intenção principal é tornar visíveis os primeiros passos, especialmente para municípios que estejam iniciando o planejamento em AUP. Além de um exercício de “autoavaliação”, no qual é possível reconhecer as ações que já existem e se conectam ao planejamento da AUP, no checklist a seguir os agentes públicos municipais também podem identificar quais seriam os próximos passos para adquirir robustez na agenda como um todo, considerando todos os instrumentos propostos neste Guia.

Por mais que as ações estejam pensadas para o município, é importante considerar a realização de parcerias com outros atores para a condução de diferentes atividades, tais como instituições de pesquisa, universidades, organizações do terceiro setor e o próprio governo, em suas esferas estaduais e federais.



Escalonamento vertical – ações para a institucionalização da AUP

Estado Legal da AUP

O município dispõe de um marco legal e regulatório que oriente as ações de AUP em termos de papéis e responsabilidades dos atores, promovendo também a adequação de alguns marcos legais específicos já existentes para atender a realidade da agricultura urbana e periurbana.

O marco legal e regulatório do município permite a realização de compras públicas e a efetivação de parcerias para melhor atender às iniciativas de AUP.

Orçamento público

A agricultura urbana e periurbana está prevista como uma atividade no Plano Diretor do município.

As atividades de AUP têm orçamento específico no município, previsto no Plano Plurianual (PPA) e nos instrumentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA).

Diagnóstico e planejamento

O município conta com – e atualiza periodicamente – um mapeamento de atores do território que estão envolvidos ou são impactados (positiva ou negativamente) pelas ações de AUP.

O município tem – e atualiza periodicamente – uma sistematização de todos os tipos de AUP que estão presentes no território, a fim de dimensionar a estrutura de serviços de apoio demandada.

O município dispõe de um mapeamento das cadeias de valor da agricultura urbana e periurbana no território, contemplando as iniciativas de produção, os equipamentos de distribuição e comercialização, os grupos e coletivos de consumidores, além de estruturas de gestão de resíduos e compostagem.

Governança, intersectorialidade e participação social

O município tem uma instância administrativa formalizada que seja responsável pela condução das atividades, programas, políticas e/ou ações de agricultura urbana e periurbana.

A instância administrativa de AUP realiza ações de divulgação com outros agentes públicos municipais a fim de reduzir o desconhecimento sobre o assunto.

O município tem uma instância administrativa intersectorial, que conta com representantes de diferentes áreas da gestão pública potencialmente envolvidas na agenda (obras, saúde, educação, assistência social, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico, entre outras), além de conselhos como CAISANS, CONSEAS e outras organizações de interesse.

O município realiza reuniões periódicas com a instância administrativa intersectorial para divulgar internamente ações de gestão relevantes e definir questões estratégicas que trarão mais qualidade às ações de AUP.

O município dispõe de fóruns ou espaços periódicos de interlocução entre a gestão municipal e os membros da sociedade civil e praticantes de AUP, para que se possa garantir a participação social em discussões estratégicas e operacionais das ações de AUP no município.

O município realiza ações de encontro e diálogo – como fóruns, seminários, eventos e feiras – buscando engajar e conscientizar a população local sobre os benefícios da AUP para a cidade e as pessoas.

O município tem uma página na internet de acesso à informação sobre as iniciativas de AUP e suas ações, programas e políticas.

Monitoramento e avaliação

O município coleta dados e informações sobre caracterização dos praticantes de AUP (renda, escolaridade, gênero, raça, endereço, idade, etc.).

O município realiza visitas periódicas às iniciativas de AUP.

O município incorpora a participação social como ação estruturante do processo de monitoramento e avaliação, criando espaços de escuta com os beneficiários e demais partes envolvidas nas ações de AUP.

O município realiza parcerias com universidades, instituições de pesquisa, ONGs locais ou órgãos de assistência técnica a fim de ampliar o alcance de monitoramento e coleta de informações das iniciativas de AUP.

O município se ampara em indicadores quantitativos e de processo, mas também em indicadores qualitativos e subjetivos, buscando incluir valores intangíveis relacionados às ações de AUP.

O município utiliza indicadores e informações coletadas das iniciativas de AUP para apoiar a tomada de decisão em reuniões de gestão e de estratégia da agenda.

O processo de monitoramento compreende a avaliação de indicadores contemplando as quatro dimensões (econômica, social, ambiental e humana) ao longo de toda a cadeia de valor (produção, beneficiamento, distribuição, consumo, gestão de resíduos).

Escalonamento horizontal – ações para a multiplicação da AUP

Acesso à terra e à água

O município realizou um levantamento de áreas aptas à prática de AUP, considerando potenciais arranjos e parcerias com proprietários particulares e empresas.

O município realiza chamadas públicas para identificar beneficiários interessados em ocupar áreas para práticas de AUP e implementa mecanismo de “fila de espera”, em caso de alta demanda.

O município tem definido e implementado canal de diálogo com a população, permitindo a abertura de consultas à prefeitura sobre a autorização de uso de áreas para atividades de AUP.

O município utiliza-se de critérios inclusivos e transparentes para a seleção de beneficiários apoiados nas iniciativas de AUP, tais como participação no CadÚnico, famílias com presença de crianças, mulheres, autodeclarados negros e/ou indígenas, população em situação de rua, entre outros.

O município dispõe de termos de formalização da concessão ou do direito de uso de áreas urbanas e periurbanas públicas para praticantes de AUP.

O município é propositivo em termos de instrumentos de regimento interno, como estatutos e termos de compromisso que estabeleçam regras de boa conduta e que formalizem quais são as responsabilidades das partes envolvidas.

O município garante a acessibilidade da água em termos de quantidade e qualidade nas áreas de agricultura urbana e periurbana.



Gestão de riscos – água, solo e ar

O município consulta guias, materiais e resoluções sobre gestão de riscos relacionados a água, solo e ar, buscando informações específicas que orientem a atuação pública.

O município realiza ações para investigar o histórico de uso da terra em terrenos destinados à AUP, buscando identificar potenciais fatores de risco de contaminação associados a atividades anteriores desenvolvidas no local.

O município identifica as áreas de alto tráfego nas proximidades de iniciativas de AUP e realiza ações para reduzir o risco de contaminação, tais como implementação de barreiras verticais, como árvores, cercas, muros.

O município prevê ações de orientação dos praticantes em relação a captação e uso de água das chuvas, para que esta não seja utilizada para a lavagem e o preparo de alimentos.

O município incorpora um trabalho permanente de monitoramento e orientação aos agricultores urbanos e periurbanos sobre o uso de insumos e de água, para que seja mantida ou melhorada a qualidade dos alimentos.

Promoção da agroecologia

O município realiza pesquisa para identificar as experiências e os atores da agroecologia existentes, buscando reconhecê-los e integrá-los às ações da agenda de AUP.

O município conduz ações de intercâmbio e troca de saberes e práticas entre grupos, praticantes e famílias engajados na agenda de AUP.

O município realiza parcerias com organizações da sociedade civil, empresas públicas e entidades de ensino superior e técnico para a promoção de cursos, oficinas e ações de capacitação em práticas produtivas de base agroecológica.

O município realiza ações de engajamento da sociedade civil e dos gestores municipais na agroecologia, tais como formações gratuitas em temas relacionados à produção de alimentos de base agroecológica.

Infraestrutura de apoio para a produção

O município incorpora, no planejamento da agenda de agricultura urbana e periurbana, o fornecimento de insumos de produção, o acesso a equipamentos e a ferramentas e a construção de infraestruturas.

O município apresenta marcos legais e regulatórios que permitem a realização de compras públicas e a efetivação de parcerias.

O município tem acordos de uso coletivo/ cessão de maquinários e equipamentos e de vias para sua manutenção.

O município pesquisa, interage e estimula as práticas da economia solidária, tais como a formação de empreendimentos econômicos solidários e de outras formas organizativas no campo da agricultura urbana e periurbana para fortalecer a produção de alimentos saudáveis.

O município considera estratégias de organização de finanças solidárias, fomentando iniciativas existentes em torno de bancos comunitários, cooperativas de crédito ou fundos rotativos solidários como estratégia para o acesso a crédito para custeio de atividades pós-colheita (processamento, embalagem, logística, etc).

Educação e assistência técnica

O município dimensiona a demanda por assistência técnica nas diferentes iniciativas de agricultura na cidade, buscando parcerias dentro e fora da gestão pública para o atendimento aos praticantes.

O município articula múltiplas competências no corpo técnico de atendimento aos praticantes de AUP, considerando distintas demandas das iniciativas, de aspectos técnicos e de manejo, a aspectos relacionais e familiares e de segurança pública (engenheiros agrônomos, assistentes sociais, psicólogos, biólogos, entre outros).



O município articula ações formativas em temas que ajudem os praticantes de AUP a ampliar consciências e práticas em torno dos múltiplos campos da agricultura urbana: educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, economia solidária, saúde mental, territórios sustentáveis, etc.

O município desenvolve ações amplas voltadas à sensibilização popular (campanhas de boas práticas de cultivo e consumo consciente, por exemplo), ajudando a disseminar o tema com maior alcance populacional.

O município promove projetos pedagógicos de hortas escolares e estimula a inserção da temática no projeto político pedagógico das escolas.

Fortalecimento de organizações cooperativas e dos circuitos curtos

O município fomenta a organização dos agricultores em coletivos de autogestão, estimulando o associativismo e o cooperativismo para produção e/ou comercialização de alimentos, com ações de formação e assessoria técnica.

O município estimula novos arranjos produtivos locais, como redes de cooperação solidária e coletivos de consumo responsável, como estratégia para facilitar o encontro entre oferta e demanda.

O município mapeia e sistematiza os interesses de comercialização das diferentes iniciativas de AUP e elabora estratégias para promover circuitos curtos de abastecimento alimentar.

O município promove interações entre atores internos e externos ao governo municipal, buscando facilitar o acesso aos programas de compras institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Alimenta Brasil¹.

O município tem cadastro de prestação do serviço de inscrição no Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF).

O município apoia que agricultores urbanos acessem o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF) como instrumento de acesso a crédito e outras políticas de fomento.

Gestão de resíduos

O município realiza um levantamento preliminar para identificar a quantidade de resíduos orgânicos que será coletada e quais atores serão mobilizados (ex.: escolas, restaurantes populares, restaurantes particulares, refeitórios industriais, resíduos orgânicos de indústrias, resíduos de poda de árvores, etc.).

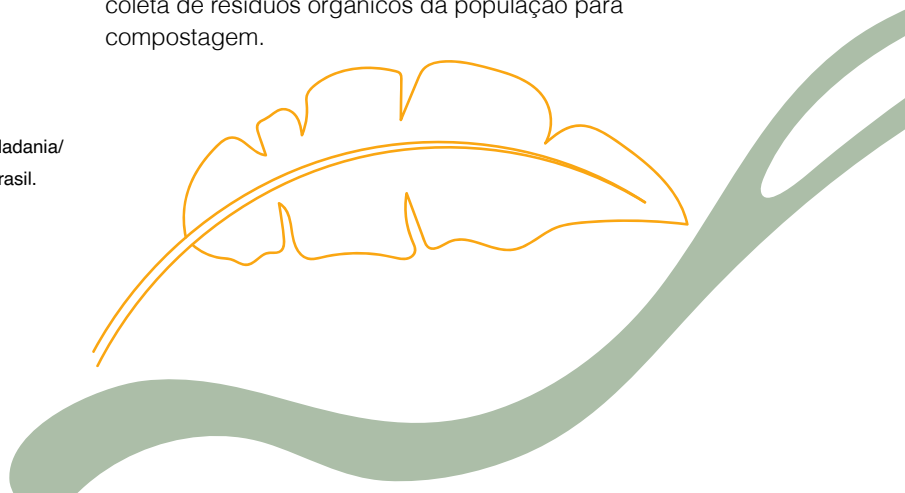
O município verifica as normativas em relação ao volume de resíduo e a estrutura adequada necessária para evitar contaminações das águas subsuperficiais pelo chorume produzido na compostagem.

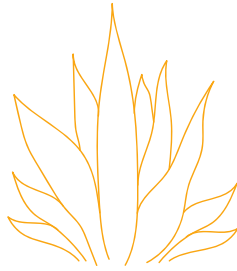
O município estrutura centrais de compostagem para produzir um composto orgânico de qualidade e que sirva para a adubação nas iniciativas de agricultura urbana e periurbana e nas áreas verdes da cidade.

O município realiza oficinas de compostagem ou facilita o acesso a cursos e a materiais existentes para diferentes públicos, buscando fortalecer capacidades relacionadas à coleta seletiva e à compostagem.

O município realiza ações para envolver a comunidade no processo de compostagem, por meio das atividades de mobilização e fornecimento de insumos como baldes ou sacolas reutilizáveis para coleta de resíduos orgânicos da população para compostagem.

¹ Programa Alimenta Brasil: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil>.





Referências

BRASIL. DECRETO N. 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. REGULAMENTA A LEI 11.346/2006 E INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PNSAN. BRASÍLIA, DF, AGO. 2010.

BRASIL. LEI N. 11.326, DE 24 DE JUL. DE 2006. POLÍTICA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS FAMILIARES RURAIS. BRASÍLIA, DF, JUL. 2006.

BRASIL. LEI N. 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. CRIA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN. BRASÍLIA, DF, SET. 2006.

BRASIL. PORTARIA N. 467, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA.

BRAUN, J., AFSANA, K., FRESCO, L.O. ET AL. FOOD SYSTEM CONCEPTS AND DEFINITIONS FOR SCIENCE AND POLITICAL ACTION. *NAT FOOD* 2, 748–750, 2021.

BUARQUE, S. C. CONSTRUINDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL. RIO DE JANEIRO: GARAMOND, 2008

CABANNES, Y. (2012) PRO-POOR LEGAL AND INSTITUTIONAL FRAMEWORK FOR URBAN AND PERIURBAN AGRICULTURE. ROMA: FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO.

CARNEIRO, M.J. E MALUF, R.S. (ORGS.) PARA ALÉM DA PRODUÇÃO: MULTIFUNCIONALIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR. RIO DE JANEIRO: MAUAD, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGVCS). AGENDA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A REGIÃO DA BR-139 : FORTALECENDO TERRITÓRIOS DE BEM VIVER. 2021. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://EAESP.FGV.BR/SITES/EAESP.FGV.BR/FILES/U641/FGVCS_-_AGENDA_DE_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_PARA_A_REGIAO_DA_BR-319.PDF](https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/fgvces_-_agenda_de_deseenvolvimento_territorial_para_a_regiao_da_br-319.pdf)>

CHIODI, R.E.; MORUZZI MARQUES, P.E. MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E SERVIÇOS AMBIENTAIS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS COMO REFERENCIAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO*, ANO 16, N. 45, OUT/DEZ. 2018.

CRIPPA, M; SOLAZZO, E; GUIZZARDI, D; MONFORTI-FERRARIO, F; TUBIELLO, F; LEIP, A. FOOD SYSTEMS ARE RESPONSIBLE FOR A THIRD OF GLOBAL ANTHROPOGENIC GHG EMISSIONS. *NATURE FOOD*, v. 02, p. 198-209, 2021.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. (2000) URBAN AGRICULTURE AND SUSTAINABLE CITIES. IN: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Ed.). *GROWING CITIES, GROWING FOOD: URBAN AGRICULTURE ON THE POLICY AGENDA*. FELDAFING: DEUTSCHE SITFFUNG FÜR INTERNATIONALE ENTWICKLUNG, 2000. P. 43-65.

DUBBELING, M. (2011) INTEGRATING URBAN AGRICULTURE IN THE URBAN LANDSCAPE. *URBAN AGRICULTURE MAGAZINE*, 25: 43–46.

DUCHEMIN, E., WEGMULLER, F., AND LEGAULT, A.-M. (2008). URBAN AGRICULTURE: MULTIDIMENSIONAL TOOLS FOR SOCIAL DEVELOPMENT IN POOR NEIGHBOURHOODS. *FIELD ACTIONS SCIENCE REPORTS*, 1 (1), 43–52.



ESCOLHAS. MAIS PERTO DO QUE SE IMAGINA: OS DESAFIOS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO. INSTITUTO ESCOLHAS, SÃO PAULO, 2021.

FAO, FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. GROWING GREENER CITIES IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. 2014.

GONÇALVES, R. G. G. HORTAS URBANAS, ESTUDO DO CASO DE LISBOA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA. INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA, UNIVERSIDADE DE LISBOA, LISBOA, 2014.

GUSSI, A.; SANTOS FILHO, C.; ALMEIDA, G. F. B. A EXPERIÊNCIA DE FOMENTO PÚBLICO A FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO NORDESTE: O CASO DA REDE BODEGA. BRASÍLIA, DF: IPEA, 2012.

KHATOUNIAN, C. A. A RECONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA DA AGRICULTURA. BOTUCATU: AGROECOLÓGICA, 2001.

LIN, BRENDA B.; PHILPOTT, STACY M.; JHA, SHALENE. THE FUTURE OF URBAN AGRICULTURE AND BIODIVERSITY-ECOSYSTEM SERVICES: CHALLENGES AND NEXT STEPS. BASIC AND APPLIED ECOLOGY, V. 16, N. 3, P. 189-201, 2015.

MCCLINTOCK, N., COOPER, J., & KHANDESHI, S. ASSESSING THE POTENTIAL CONTRIBUTION OF VACANT LAND TO URBAN VEGETABLE PRODUCTION AND CONSUMPTION IN OAKLAND, CALIFORNIA. LANDSCAPE AND URBAN PLANNING, 111(1), 46-58.

MOUGEOT, L. J. A. AGROPOLIS: THE SOCIAL, POLITICAL AND ENVIRONMENTAL DIMENSIONS OF URBAN AGRICULTURE. EARTHSCAN, LONDON, 2005.

NEWELL ET AL. ECOSYSTEM SERVICES OF URBAN AGRICULTURE AND PROSPECTS FOR SCALING UP PRODUCTION: A STUDY OF DETROIT. CITIES, 124, 2022.

OLIVEIRA, L. DO C. A. DE; ALVES, C. G.; DALA PAULA, B. M. AGRICULTURA URBANA E MIGRAÇÕES: PROCESSOS DE RESISTÊNCIA E INTERCULTURALIDADE. REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, V. 25, N. 1 E 2, P. 198-223, 2018. DOI: 10.35699/2316-770X.2018.19538. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFMG.BR/INDEX.PHP/REVISTADAUFMG/ARTICLE/VIEW/19538](https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/19538). ACESSO EM: 13 OUT. 2022.

ONU (2015). OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BRASIL.UN.ORG/PT-BR/SDGS](https://brasil.un.org/pt-br/sdgs)

ONU (2017). NOVA AGENDA URBANA. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://HABITAT3.ORG/WP-CONTENT/UPLOADS/NUA-PORTUGUESE-BRAZIL.PDF](https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-PORTUGUESE-BRAZIL.PDF)>.

PEREIRA, A.S. ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DE APLICAÇÃO DO CONCEITO DE PERIURBANO. TERRA PLURAL, PONTA GROSSA, V.7, N.2, P. 287-304, JUL/DEZ. 2013.

PETERSEN, P. F., WEID, J. M., FERNANDES, G. B. GESTÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA, INFORME AGROPECUÁRIO, BELO HORIZONTE, V. 30, N 252, P. SET/OUT, 2009.



PORTO, LYA; GIACCHE, G.; ALVES, M. A. REDES, MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO PÚBLICA: O CASO DA AGRICULTURA URBANA EM SÃO PAULO. IN: 54 SOBER, 2016, MACEIÓ. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. BRASÍLIA: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2016.

PRADHAN, PRAJAL & SAPKOTA, TEK & KROPP, JÜRGEN. (2021). WHY FOOD SYSTEMS TRANSFORMATION IS CRUCIAL FOR ACHIEVING THE SDGs. RURAL 21. 55. 10-12.

PREISS, V. P., SCHNEIDER, S. (ORGS). SISTEMAS ALIMENTARES NO SÉCULO XXI: DEBATES CONTEMPORÂNEOS. PORTO ALEGRE: EDITORA DA UFRGS, 2020.

RICHARD, A.; SCARSI, F.; FOSSE, J. LES SYSTÈMES ALIMENTAIRES DURABLES TERRITORIALISÉS : CINQ RETOURS D'EXPÉRIENCE. ANALYSE THÉMA. MINISTÈRE DE L'ENVIRONNEMENT, DE L'ÉNERGIE ET DE LA MER, EN CHARGE DES RELATIONS INTERNATIONALES SUR LE CLIMAT, RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. 2017.

TEEB. TEEB FOR AGRICULTURE & FOOD SCIENTIFIC AND ECONOMIC FOUNDATIONS REPORT. GENEVA: UN ENVIRONMENT, 2018. ISBN: 9789280737028. DISPONÍVEL EM: [HTTP://TEEBWEB.ORG/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/11/FOUNDATIONS_REPORT_FINAL_OCTOBER.PDF](http://teebweb.org/wp-content/uploads/2018/11/FOUNDATIONS_REPORT_FINAL_OCTOBER.PDF) (ACESSO EM 08/12/2021)

SINGER, P. I. INTRODUÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002, P. 07-23.

SONINO, R. THE NEW GEOGRAPHY OF FOOD SECURITY: EXPLORING THE POTENTIAL OF URBAN FOOD STRATEGIES. THE GEOGRAPHICAL JOURNAL, V. 182, N. 2, P. 190–200, JUN. 2016.

WEZEL, ET AL. AGROECOLOGY AS A SCIENCE, A MOVEMENT AND A PRACTICE. A REVIEW. AGRONOMY FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, SPRINGER VERLAG/EDP SCIENCES/INRA, 29 (4), PP.503-515, 2009.